

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

ALICE GONÇALA FERREIRA DE AZEVÊDO ALVES

INCESTO FRATERNAL:  
UMA RELAÇÃO SILENCIOSA DE VIOLÊNCIA E CUMPLICIDADE

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL  
DEFENDIDO E APROVADO  
EM: 24/06/2005

  
Teresa Kleba Lisboa  
Chefe do Depto. de Serviço Social  
CSE/UFSC

FLORIANÓPOLIS  
2005

ALICE GONÇALA FERREIRA DE AZEVÊDO ALVES

INCESTO FRATERNAL:  
UMA RELAÇÃO SILENCIOSA DE VIOLÊNCIA E CUMPLICIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina.


Orientadora: Profª. Dra. Catarina Maria Schmickler

FLORIANÓPOLIS  
2005

ALICE GONÇALA FERREIRA DE AZEVÊDO ALVES

INCESTO FRATERNO:  
UMA RELAÇÃO SILENCIOSA DE VIOLÊNCIA E CUMPLICIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado com requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social. Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.



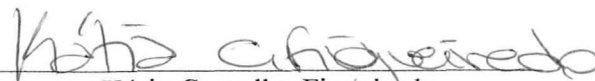
Catarina Maria Schmickler

Profª. Dra. do Departamento de Serviço Social – UFSC  
Orientadora



Carmem Lúcia Silva

Profª. Msc do Departamento de Serviço Social - UFSC  
1ª Examinadora



Kátia Carvalho Figueiredo

Assistente Social – Mestre em Psicologia  
2ª Examinadora

FLORIANÓPOLIS  
2005

Dedico este trabalho a pessoa que mais me incentivou durante esta jornada acadêmica e que sempre esteve comigo nos momentos mais difíceis...

...Ao meu grande amor, meu marido Alexandre.

## AGRADECIMENTOS

A conclusão de uma jornada acadêmica requer determinação e dedicação, mas, para isso, pessoas muito importantes acompanham essa caminhada e nada mais justo que um espaço de agradecimento para elas.

Agradeço, primeiramente a Deus, por mais esta etapa vencida, pelas oportunidades de aprendizado e conhecimento, e por tornar realidade esse momento de alegria e conquista.

Aos meus pais, Mac e Graça, por todo carinho e dedicação dispensada à minha educação, pois, sempre confiaram em mim em qualquer decisão que tomei em minha vida. Essa vitória é minha e de vocês, obrigada por tudo, amo vocês!

Ao meu marido, Alexandre, por todo amor e carinho, sem os quais eu não teria chegado até aqui. Por ter me auxiliado e consolado nos momentos mais conturbados e também por estar presente nos momentos alegres e tristes. Obrigada por ter acreditado no meu potencial e por estimulá-lo. Sempre te serei grata por tudo. Te amo!

À minha irmã Marília, que mesmo distante, sempre demonstrou o verdadeiro sentido da irmandade, pelo seu amor e sua amizade.

Aos meus sogros Janete e César, por todo o apoio que me foi concedido nesta etapa tão importante da minha vida.

À minha meia-tia Salete e meia-prima Franciane, que me acolheram com muito carinho no momento em que eu mais precisei. Obrigada!

A todos meus familiares e amigos da minha terra natal, Porto Velho (RO), que mesmo distantes, sempre apoiaram e, mesmo que indiretamente, sempre me ajudaram e confiaram na minha capacidade de vencer todos os obstáculos.

A todas as minha amigas que me acompanharam na graduação, em especial à Betina, Tatiane Cristina, Janáina Pereira, Rita de Cássia, Ana Cristina e Juliana, que sempre torceram por mim.

A equipe do Programa Sentinela de Florianópolis/SC, por todos os momentos de aprendizado, pelos momentos tristes e alegres, com os quais eu aprendi e obtive um crescimento pessoal e, principalmente o profissional.

À A.S. Kátia Carvalho Figueiredo, pelas oportunidades proporcionadas durante a minha permanência no estágio extracurricular e no estágio curricular obrigatório e por ter aceito participar da banca examinadora deste trabalho.

À A.S. Waldirene Viera Gomes e A.S. Leda Peres pela dedicação e atenção dispensadas ao meu aprendizado, a por terem me acompanhado no meu desenvolvimento acadêmico.

À A.S. Lillian Keli Rech, que foi mais que minha supervisora de campo, foi uma super amiga. Obrigada pelos seus ensinamentos e pelo seu incentivo durante essa dura jornada. Nunca esquecerei de você. Você é muito especial!

As minhas amigas Francini Neto e Maria Fernanda Cabral, por quem tenho um enorme carinho, por terem me ouvido e me aconselhado nos momentos tortuosos das dúvidas e das frustrações. Amizades que iniciaram durante o estágio extra e obrigatório no Programa Sentinela do município de Florianópolis, mas que com certeza, perdurarão para sempre.

À minha orientadora Profa. Dra. Catarina, por ter aceitado me orientar e me acompanhar nesta última etapa da graduação. Por sua dedicação, paciência e disponibilidade em transmitir o seu conhecimento. Obrigada!

Ao Departamento de Serviço Social chefiado pela Profa. Tereza Kleba Lisboa, a funcionária pública Rosana Gaio e as estagiárias, o meu muito obrigado pela força e pela disponibilidade de me ajudar nos momentos mais difíceis.

Ao Colegiado do Curso de Serviço Social, em especial a funcionária pública Ondina e a Profa. Rosana Martinelli, por toda compreensão e esforços dedicados ao momento muito importante da minha vida.

À profa. Carmem Lúcia, que mesmo com uma agenda atribulada, aceitou prontamente participar da banca examinadora deste trabalho.

À profa. Edaléa Maria Ribeiro, pela compreensão e disponibilidade em colaborar num momento muito delicado.

À Berenice, por me auxiliar muitas vezes na revisão ortográfica e nas normas da ABNT.

Enfim, gostaria de agradecer a todos que diretamente ou indiretamente me ajudaram a vencer mais esta etapa de minha vida, mesmo os que não foram citados ou lembrados...

...Muito obrigada por tudo!!!

ALVES, Alice Gonçala Ferreira de Azevedo. **Incesto fraterno**: uma relação silenciosa de violência e cumplicidade. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005, 116 f.

## RESUMO

A presente pesquisa trata do incesto fraterno tendo como objetivo identificar e problematizar a sua dinâmica, a fim de dar visibilidade ao fenômeno. Trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória de natureza quali-quantitativa realizada no período de setembro a dezembro de 2004. Realizamos uma análise documental em 13 prontuários psicossociais do Programa Sentinela/Projeto Acorde de Florianópolis/SC, em que foi identificado o incesto entre irmãos, caracterizando-se por 7 casos em atendimento e 6 casos desligados. De um universo de 13 casos, intencionalmente, priorizamos os 7 casos em atendimento e selecionamos dentre estes 1 caso para realizar entrevista com uma vítima. Assim, a coleta de dados foi realizada através da pesquisa documental nos 13 prontuários e da entrevista gravada e transcrita com uma vítima que estava em atendimento na época. Como resultado, identificamos que na maioria dos casos pesquisados, o grau de parentesco do irmão agressor para com a vítima, apresentava-se por laços consangüíneos. Evidenciou-se também que em grande parte dos casos, o irmão mais velho foi o ofensor sexual de sua irmã mais nova. Houve a prevalência de vítimas do sexo feminino. A modalidade mais freqüente de violência sexual foi o estupro seguido por atos libidinosos. Além da vitimização sexual perpetrada pelos irmãos, as vítimas também sofreram outros tipos de violência, como a violência física e negligência, sendo estas, neste caso, perpetradas pelos pais. A pesquisa também revelou que as famílias atendidas pelo Projeto já haviam transitado pelo menos por um outro programa/instituição da rede de apoio que o município oferece, revelando assim, que esta família já estava em busca de ajuda para resolver seus problemas internos. A partir da pesquisa, concluímos que o incesto fraterno é uma forma comum de incesto, levando em consideração o número expressivo de casos identificados. O que indica que o incesto fraterno não é raro, mas sim, pouco publicizado. Apontamos para a importância da discussão do assunto seja pelo Estado, pela sociedade civil, pela família envolvida e pelos técnicos do serviço de proteção, para que este fenômeno possa ser efetivamente denunciado, enfrentado e prevenido.

**Palavras-chave:** família, violência intrafamiliar, incesto fraterno.



## LISTA DE FIGURAS

|                                                                      |     |
|----------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 - O grau de parentesco entre vítima e agressor.....         | 88  |
| Figura 2 – Diferença de idade entre a vítima e o agressor.....       | 89  |
| Figura 3 – Características dos agressores.....                       | 91  |
| Figura 4 – Combinações das formas de incesto fraterno.....           | 93  |
| Figura 5 – Público alvo dos agressores.....                          | 93  |
| Figura 6 – Características da vítima e conseqüências do abuso.....   | 94  |
| Figura 7 – Modalidade de violência sexual.....                       | 96  |
| Figura 8 – Outras violências associadas perpetradas pelos pais.....  | 97  |
| Figura 9 – Agravantes apresentados pela família.....                 | 98  |
| Figura 10 – A convivência doméstica entre agressor e vítima.....     | 99  |
| Figura 11 – Os Programas e Instituições que a família transitou..... | 100 |

## LISTA DE TABELAS

|                                     |    |
|-------------------------------------|----|
| Tabela 1: Casos em atendimento..... | 90 |
| Tabela 2: Casos desligados.....     | 90 |

A certeza de que estamos sempre  
começando,  
A certeza de que é preciso continuar, e  
A certeza de que podemos ser  
interrompidos antes de continuarmos;  
Fazer da interrupção um caminho novo, da  
queda um passo de dança, do medo uma  
escada, do sonho uma ponte, da procura  
um encontro.

Fernando Sabino

# SUMÁRIO

|                                                                                                                           |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                   | <b>11</b>  |
| <b>CAPÍTULO 1 – VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES .....</b>                                                        | <b>15</b>  |
| 1.1 As políticas sociais que originaram as leis de proteção à crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica..... | 15         |
| 1.2 Os serviços de proteção no município de Florianópolis: Programa Sentinela - Projeto Acorde.....                       | 23         |
| <b>CAPÍTULO 2 – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: O ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....</b>                               | <b>29</b>  |
| 2.1 Questões conceituais.....                                                                                             | 29         |
| 2.2 A família incestogênica.....                                                                                          | 36         |
| 2.2.1 Características da vítima e conseqüências do incesto.....                                                           | 40         |
| 2.2.2 Características e estratégias do agressor incestuoso.....                                                           | 44         |
| 2.3 O incesto fraterno.....                                                                                               | 46         |
| 2.3.1 A relação fraterna.....                                                                                             | 46         |
| 2.3.2 O incesto entre irmãos.....                                                                                         | 49         |
| 2.3.3 O papel dos pais frente ao incesto fraterno.....                                                                    | 55         |
| <b>CAPÍTULO 3 – IDENTIFICANDO A DINÂMICA DO INCESTO FRATERNO.....</b>                                                     | <b>58</b>  |
| 3.1 Metodologia da Pesquisa.....                                                                                          | 58         |
| 3.2 Breve relato dos casos e descrição da entrevista.....                                                                 | 62         |
| 3.2.1 Casos em atendimento.....                                                                                           | 62         |
| 3.2.2 Casos desligados.....                                                                                               | 66         |
| 3.2.3 Descrição da entrevista.....                                                                                        | 77         |
| 3.3 Interpretação dos dados obtidos.....                                                                                  | 87         |
| <b>CONCLUSÃO .....</b>                                                                                                    | <b>101</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                                  | <b>105</b> |
| <b>APÊNDICE.....</b>                                                                                                      | <b>110</b> |
| <b>ANEXO A .....</b>                                                                                                      | <b>112</b> |

## INTRODUÇÃO

A violência pode ser definida de várias formas, mas existe sempre uma linha de base comum a todo ato de violência, ou seja, são ações e/ou omissões que podem cessar, impedir, deter ou retardar o desenvolvimento pleno dos seres humanos. A violência ocorre em relações interpessoais assimétricas e hierárquicas, em que há uma desigualdade e/ou uma relação de subordinação da vítima em relação ao agressor. O violador toma decisões sobre a vida do violado, sem avaliar as necessidades básicas e os desejos deste, prevalecendo unicamente, as suas próprias necessidades e seus próprios desejos (LOLL,1993).

A violência doméstica contra crianças e adolescentes foi, durante muito tempo, e ainda continua sendo um assunto tratado como tabu no Brasil. Um assunto proibido, já que revela uma outra face da instituição família, que todos gostaríamos que não existisse – a face abusiva. Segundo Azevedo e Guerra (1994), a família, especialmente a moderna, pode ser proeminente em todo tipo de violência, isto porque, a violência doméstica nem sempre é claramente identificável, ou não se deixa ser. Para as autoras, isto pode ocorrer porque:

- a) A violência doméstica consta de duas desigualdades típicas: a de gênero e de a geração, o que faz com que crianças/adolescentes, mulheres e velhos – enquanto “frágeis” dentro da hierarquia de poder familiar, sejam alvo preferencial de padrões abusivos;
- b) A família constitui-se numa instituição privada, isolada em relação aos olhos e ouvidos do domínio público, em que a privacidade é grande e o grau de controle social costuma ser baixo; e

- c) A família por força da educação e intensidade das interações cotidianas face a face acaba destituindo limites com suas próprias fronteiras de intimidade franqueadas, ou seja, a força e vulnerabilidade, os gostos de desgostos, os amores e medos. Estes sentimentos são “familiares” a todos os membros; então, esse conhecimento pode transformar em arma mútua.

Como o assunto em tela ainda é tratado como tabu, e a sociedade tem dificuldades em aceitar o fato de que a família nem sempre pode ser um local seguro para as crianças. A família, por sua vez, da mesma forma que a sociedade, também tem dificuldade de aceitar, ver e lidar com a violência, imperando ainda o poder do segredo e, conseqüentemente, dificultando a denúncia e o diagnóstico do fenômeno. O que pode prejudicar o atendimento especializado, necessário à vítima, ao agressor e à família como o todo, que precisa entender esta situação para romper com este ciclo de violência.

Para Saffioti (1997), a família é considerada um ninho de afeto, por isso, as pessoas sentem-se envergonhadas em admitir, mesmo que para amigos e parentes, que alguém da família pratica atos violentos contra outra pessoa da própria família, o que faz com que o assunto não seja discutido e nem denunciado.

A violência doméstica contra crianças e adolescentes pode se manifestar de várias formas, atingindo a todas as classes sociais e etnias sem discriminação. Neste trabalho, priorizamos a violência sexual entre irmãos, ou melhor, o incesto fraterno, que ainda se encontra pouco conhecido e com escassos estudos e publicações sobre a temática.

O interesse por esta temática, manifestou-se no início do nosso estágio curricular obrigatório realizado no Programa Sentinela de Florianópolis<sup>1</sup>, mais precisamente no

---

<sup>1</sup> O Programa Sentinela foi criado a partir do Plano Nacional de Enfrentamento a Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil, da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, da Constituição Federal em seu artigo 227, e do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, lei 8.069/90, para substituir o antigo PEVES –

Projeto Acorde<sup>2</sup>. Durante o estágio, após a participação de reuniões técnicas, leituras e estudos de casos, constatamos que a grande maioria dos casos de violência sexual doméstica contra crianças e adolescentes era perpetrada por um membro da família, quer tenha para com estes laços consangüíneos, quer meramente laços afetivos. A partir da constatação deste fato, realizamos um levantamento junto às Assistentes Sociais do Projeto Acorde procurando identificar nos casos de violência sexual intrafamiliar que estavam em atendimento até aquele momento, qual era o grau de parentesco do agressor com a vítima<sup>3</sup>.

Através deste levantamento prévio, obtivemos dados que informavam que o pai e o padrasto são os agressores mais freqüentes (primeiro e segundo, consecutivamente). No entanto, despertou a atenção o incesto entre irmãos que se destacou como a terceira situação de abuso sexual incestuoso<sup>4</sup>.

Estes dados motivaram o interesse em realizar uma pesquisa documental nos prontuários dos casos em atendimento e também dos que já foram desligados, procurando conhecer e identificar a dinâmica do incesto entre irmãos.

Desta forma, o presente trabalho busca identificar e problematizar a dinâmica do incesto entre irmãos, considerando que o incesto fraterno pode ocorrer em muitas famílias, entretanto, de acordo com a literatura especializada na área (FORWARD; BUCK, 1989

---

Programa de Erradicação da Violência e Exploração Sexual que já trabalhava no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. Trata-se de um programa do governo federal com atendimento municipalizado, que faz parte de uma política de enfrentamento ao fenômeno da violência e exploração sexual de crianças e adolescentes. Sua atuação está centrada em dois eixos previstos na política de garantia e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, assegurados na lei nº 8.069 de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente que são: o atendimento e a prevenção. Em Florianópolis, até dezembro de 2004, o Programa se dividia em três projetos: SOS Criança, Acorde e Mel, sendo estes intervindo no atendimento da denúncia, no acompanhamento das situações de violência diagnosticadas e na prevenção respectivamente.

<sup>2</sup> O Projeto Acorde realizava o acompanhamento psicossocial em famílias com crianças e/ou adolescentes envolvidos em situação de violência intra e extra-familiar, mais especificamente a violência física severa e a violência sexual, no município de Florianópolis, estando este inserido no Programa Sentinela. Trata-se de um programa que faz parte de uma política federal de combate e enfrentamento a violência e a exploração sexual infanto-juvenil. Hoje, este projeto foi modificado com a nova gestão municipal que gerencia o Programa Sentinela.

<sup>3</sup> Este levantamento prévio, foi realizado no período de agosto à dezembro de 2004. Os dados aqui estudados são os que foram coletados nesta época.

<sup>4</sup> Os dados deste levantamento prévio estão no apêndice.

AZEVEDO; GUERRA, 1993) este fenômeno se apresenta pouco difundido e cientificamente pouco estudado. Outro ponto que merece destaque é a intervenção dos serviços de proteção nestes casos, uma vez que existem diferenças substanciais na abordagem do incesto fraterno, e este, como já dissemos, carece de estudos e pesquisas específicas que dêem suporte aos profissionais que trabalham nesta área. Por isso, entendemos que este fenômeno deve ser estudado para ser prevenido, identificado e enfrentado, e é nesta direção que alicerçamos este estudo.

Este trabalho de conclusão de curso foi estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo, faremos um breve resgate histórico da trajetória de concepção da infância e as políticas sociais que originaram leis de proteção para crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica.

No segundo capítulo, abordaremos algumas definições de violência sexual intrafamiliar – o incesto, contextualizando alguns pontos peculiares a esta questão como a família incestogênica, a vítima e o agressor. Em seguida, utilizando o referencial teórico, explanaremos sobre a temática do incesto fraterno, que é o ponto central deste trabalho.

No terceiro capítulo, apresentaremos a metodologia da pesquisa, o relato dos casos de incesto entre irmãos que estavam em atendimento e os desligados do Projeto Acorde e a entrevista realizada com uma vítima. Na sequência iremos expor uma interpretação dos dados obtidos na pesquisa.

Por fim, apresentaremos a conclusão, as referências, o apêndice e o anexo.

# **CAPÍTULO 1 – VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

## **1.1 As políticas sociais que originaram as leis de proteção à crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica**

Segundo Ariès (1981), até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a concepção de infância ou não tentava representá-la. É difícil acreditar que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade para reconhecê-la. O mais provável é que não houvesse lugar para a infância nesta época. As crianças eram consideradas como homens em tamanho reduzido (em miniatura), vestiam roupas de adulto, participavam dos jogos sexuais junto aos adultos e não eram vistos como seres em fase de desenvolvimento, ou seja, nesta época, a infância era um período de transição, logo ultrapassado, e cuja lembrança também era logo perdida.

Para o autor, até o século XIX, não se acreditava que a criança possuísse personalidade própria. Além disto, havia uma alta taxa de mortalidade infantil, as crianças mortas muito cedo eram enterradas em qualquer lugar. A criança nesta época era vista com insignificância e tão violentada e negligenciada que a possibilidade de sua perda era encarado com indiferença, como o revelam a insensibilidade das sociedades romanas ou chinesas, que praticavam o abandono e o infanticídio de crianças recém-nascidas.

Foi somente no século XVIII, com o surgimento do malthusianismo e a extensão das práticas contraceptivas, que a criança morta não era mais considerada como uma perda inevitável. Foi também neste século, que a criança, ao menos a de família que fosse nobre



ou burguesa, não era mais vestida como os adultos. A criança agora tinha um traje reservado à sua idade (de touca e de vestido), que a distinguia dos adultos (ARIÈS, 1981).

Esse interesse pela criança prosseguiu por mais de um século, e ocasionou algumas mudanças nas condições demográficas. Algumas famílias fizeram então questão de vacinar suas crianças, como precaução contra a varíola, o que deve ter favorecido também outras práticas de higiene em relação ao tratamento das crianças, ocasionando uma redução na mortalidade infantil, que em parte foi compensada por um controle de natalidade cada vez mais difundido.

No século XX, a infância surge da forma como é concebida hoje, ou seja, idade com características peculiares e necessidades específicas de acordo com cada fase de seu desenvolvimento. Com a criação da escola, a criança passou a ser percebida como diferente do adulto e a infância então pôde ser estudada.

Segundo Guerra (1984), a partir destes fatos, começa-se a esboçar uma maior preocupação com a criança, já que ela é “descoberta” com um ser autônomo, percebendo-se com mais profundidade seus valores e sentimentos. Novas ciências como a Psicanálise, a Pediatria e a Psicologia passaram a privilegiar os problemas desta fase do desenvolvimento (infância). Para esta autora, com a descoberta da infância, as crianças passaram a ser encaradas como pessoas em desenvolvimento, ou melhor, como cidadãos em formação.

A noção de defesa dos direitos da criança emergiu após a II Guerra Mundial com o desenvolvimento da concepção própria da infância. Apesar disto, as sociedades ainda têm submetido crianças e adolescentes a inúmeros tipos de violência, sendo a de cunho doméstico uma das mais comuns. Trata-se de uma violência intraclasses que permeia todas as classes sociais e etnias sem discriminação.

A violência doméstica tem se configurado uma questão muito presente no nosso dia-a-dia, visto que ultrapassa o âmbito particular do lar, para o âmbito público da sociedade através da publicização dos casos (via denúncias, relato de vítimas, pesquisas e publicações científicas, entre outras). Isto revela que crianças e adolescentes podem se transformar em vítimas das mais diversas formas de violência dentro dos seus próprios lares.

Os estudos e pesquisas relativos à violência doméstica contra crianças e adolescentes ainda são muito recentes, mas, vale lembrar que na sociedade americana, antes da década de 1960, já se discutia sobre o fenômeno, principalmente o da sua forma física, e a década de 1970, teria sido o momento da “descoberta” deste fenômeno. Além disto, fatos importantes já aconteciam, e entre eles, a aprovação pelas Nações Unidas da Declaração dos Direitos da Criança, em 1959.

Segundo Gordon (1988 apud AZEVEDO; GUERRA, 1993), a década de 1960 marca, um período de profundas mudanças em termos de respostas públicas e profissionais ao combate do fenômeno da violência doméstica contra crianças e adolescentes. Esta década apresentava em seu contexto sócio-político, a eclosão do movimento contra a discriminação racial imposta aos negros, o movimento feminista que também reivindicava a igualdade de direitos, a reforma do bem estar social, o movimento estudantil e o anti-belicista. Estes movimentos fomentaram questões críticas sobre a santidade da privacidade familiar, e criaram uma atmosfera na qual o abuso sexual infantil, o das mulheres e o incesto puderam ser denunciados e vistos com maior criticidade pela sociedade.

Foi também no início da década de 1960, que o fenômeno de violência doméstica teve a discussão dominada pelos médicos, especialmente os pediatras. Nesse sentido é

que em 1962, nos Estados Unidos, através dos trabalhos de dois médicos, Kempe e Silverman, a violência física passou a ser chamada de *Síndrome da Criança Espancada*<sup>5</sup>.

No período que vai de 1963 até 1967, os estados americanos organizaram uma legislação que encorajava a notificação dos casos suspeitos e/ou confirmados de violência doméstica contra as crianças aos serviços de proteção infantil. Apesar de alguns avanços legislativos em prol da proteção infantil, em 1970, a sociedade americana ainda era dominada pela crença de que o abuso sexual doméstico infanto-juvenil era raríssimo, e este mito só passou a ser rompido quando as vítimas passaram a publicizar os seus depoimentos.

Segundo Azevedo e Guerra (1993), nos Estados Unidos, a necessidade de proteção a crianças e adolescentes, surgiu de certa forma a partir do caso de uma menina de 9 anos chamada Mary Ellen, agredida fisicamente no lar pelos pais adotivos, na década de 1970. Como a lei da época que se voltava aos seres humanos não continha dispositivos que pudessem protegê-la de seus agressores, invocou-se a Sociedade Protetora dos Animais sob a alegação de que a criança também pertencia ao “reino animal”. O embaraço causado por esta situação deu origem à constituição de Sociedades de Prevenção da Crueldade contra as Crianças (SPCC)<sup>6</sup> que, ao final da década de 1970, já eram em número de 34 só nos Estados Unidos. Organizaram-se, também, instituições públicas e privadas providenciando vestuário, alimentação e atenção médica para estas crianças vítimas.

Diante de alguns casos, aos poucos, com base em estudos sérios, a sociedade americana foi tomando conhecimento de que uma em cada dez crianças teria sido

---

<sup>5</sup> A Síndrome se refere usualmente a crianças de baixa idade, que sofreram ferimentos inusitados, fraturas ósseas, queimaduras, etc., ocorridas em épocas diversas, bem como em diferentes etapas, e sempre inadequada ou inconscientemente explicadas pelos pais. O diagnóstico tem que se basear em evidências radiológicas dos repetidos ferimentos (AZEVEDO; GUERRA, 1993).

<sup>6</sup> Antecessor dos Serviços de Proteção à Infância.

sexualmente abusada por um membro da família antes dos 18 anos (FORWARD; BUCK, 1989).

Para Gordon (1988 apud AZEVEDO; GUERRA, 1993), a violência doméstica sempre existiu na sociedade americana, mas se tornou importante combatê-la num momento em que houve urbanização crescente e imigração acelerada.

O início da década de 1970 traz-nos um novo modelo de entendimento do fenômeno, que resgata a contribuição de outras áreas do conhecimento (Psicologia, Direito, Sociologia, Antropologia, etc.), pondo fim à hegemonia do conhecimento médico sobre a questão, instaurada na década de 1960 com a famosa Síndrome da Criança Espancada.

No Brasil, a partir de meados da década de 1980, configura-se como de fundamental importância à luta pela garantia dos direitos da infância e da adolescência, aproveitando a oportunidade de mudança da Constituição Federal em 1988. Tratava-se de uma intensa luta que culminou na vitória na Assembleia Nacional Constituinte através da sedimentação dos direitos da criança e do adolescente, segundo o artigo 227 de nossa atual Constituição Federal:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão (CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

Depois de conquistada a vitória na Constituição, necessitava-se de uma lei ordinária que assegurasse a proteção integral a crianças e adolescente e revogasse a velha legislação do período autoritário. Desta forma, nova luta iniciou, e culminou com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069 em 1990.

Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Brasil foi o pioneiro na implantação de uma legislação reconhecida internacionalmente como das mais avançadas em termos de proteção integral da criança e do adolescente, não dirigida apenas aos abandonados e aos em conflito com a lei, mas àqueles em situação de risco, na medida em que têm os seus direitos violados (BRAUN, 2002).

Segundo Ippolito e Santos (2003), no Brasil, as primeiras organizações dedicadas a prevenir e combater a violência doméstica à crianças só começam a surgir no período pós-ditadura, nos anos de 1980. Este fato não significa que as crianças não eram negligenciadas, maltratadas e abusadas sexualmente no passado nem que não existissem serviços para elas em épocas anteriores a esse período. Apesar de não haver estudos sobre o atendimento dessas crianças antes dos anos 1980, estas autoras, acreditam que os arquivos dos hospitais em geral e da Sociedade Brasileira de Pediatria tenham algum registro, isto porque, as primeiras agências especializadas ao atendimento de crianças vítimas da violência doméstica foram criadas por pediatras e se basearam na experiência de trabalho destes profissionais. Para as autoras, o Centro de Atenção aos Maus Tratos na Infância – CRAMI de Campinas (SP) foi a primeira agência a ser criada no Brasil, em 1985, e a partir de 1988 cresceu o número de instituições como esta pelo país. Essas organizações contribuíram para tirar a violência sexual doméstica da invisibilidade, mas foi apenas no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 que um conjunto de ações começou a dar visibilidade à outra forma de violência sexual: a exploração sexual comercial infanto-juvenil.

Segundo Ippolito e Santos (2003), no Brasil a mobilização social teve sua expressão política na década de 1990, quando o fenômeno assumiu relevância política e sua análise apresenta características complexas a partir do momento em que o assunto vem

focalizado como problema social, perdendo assim as características e os privilégios que o âmbito privado lhe proporcionava.

Diante da repercussão das mobilizações de organizações governamentais e não-governamentais, as autoridades do país se sentiram pressionadas a se posicionar frente à prostituição infanto-juvenil. Diante dito, em abril de 1993, a Câmara Federal instaurou a Comissão Parlamentar de Inquérito da Exploração e Prostituição Infanto-Juvenil, conhecida como CPI sobre a Prostituição Infantil. Essa CPI revelou que 50% dos estupros são incestuosos, ou seja, o dever de proteção vinculado à família estava sendo violado. Estes dados desencadearam o desejo de enfrentar essa questão.

Em 1995, o Brasil realizou o Seminário Nacional sobre a Exploração Sexual Infanto-Juvenil e sediou o Seminário contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Américas, cujo resultado se apresentou na “Carta de Brasília” encaminhada ao Congresso Mundial. Além disto, no mesmo ano, o governo federal por meio da Secretaria de Justiça e Cidadania do Ministério da Justiça, juntamente com outros órgãos do governo federal e com organizações da sociedade civil, lança a Campanha Nacional pelo Fim da Exploração, Violência e Turismo Sexual contra Crianças e Adolescentes, tendo como lema “Exploração Sexual Infanto-Juvenil: Não Dá pra Engolir” (IPPOLITO; SANTOS, 2003).

Em 1996, destaca-se o seminário sobre A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Américas, realizado em abril deste ano, sob a coordenação do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes – CECRIA, de Brasília (DF). O seminário foi uma etapa preparatória para o I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, realizado, na Suécia, em agosto de 1996, mais precisamente na cidade de Estocolmo. Este congresso culminou com a efetivação da Convenção sobre os Direitos da Criança no Combate a Exploração Sexual Comercial de

Crianças e Adolescentes, ratificando e referenciando os compromissos regionais e definindo a agenda de lutas a serem travadas em âmbito internacional.

O governo de Fernando Henrique Cardoso, através do Programa Avança Brasil, agregou outros projetos que já existiam e estabeleceu na agenda do país, a priorização do combate a violência e a exploração sexual infanto-juvenil. Para isso, foi criado o PEVES – Programa de Erradicação da Violência e Exploração Sexual, que foi implantado em diversos municípios brasileiros se adequando a realidade local.

Em 2000 foi aprovado o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil, na cidade de Natal/RN. Participaram deste evento, várias instituições e protagonistas da rede em defesa e proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Neste plano, foi criado um conjunto de ações articuladas com algumas metas para que fosse assegurada a proteção integral à crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e que se encontrassem em situação de risco. Esse plano foi aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, tornando-se uma diretriz para o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil.

Através do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, o governo federal de Fernando Henrique Cardoso reformula o PEVES, e cria o Programa Sentinela, que aborda seis eixos estratégicos de ação: análise da situação, mobilização e articulação, defesa e responsabilização, atendimento, prevenção e protagonismo infanto-juvenil.

Em 2002, organizou-se o Comitê Nacional de Enfrentamento ao abuso e Exploração Sexual, uma rede de entidades não-governamentais, representantes de setores governamentais e da cooperação internacional com o objetivo de criar um espaço de debate para monitorar programas e políticas atuantes nessa área, fomentar a mobilização regional e juvenil, além de tecer um número maior de parcerias. O grande desafio do Comitê é

elaborar metodologias e indicadores de monitoramento e avaliação das ações do Plano de Enfrentamento da Violência, o qual propõe a universalização de um atendimento humano e especializado para crianças e adolescentes acometidos pela violência e pela exploração sexual, assim como a responsabilização dos agressores (IPPOLITO; SANTOS, 2003).

Em 2003, no discurso de posse, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva declara o combate à exploração sexual infanto-juvenil como uma das prioridades de seu governo.

Através desta breve trajetória histórica, pudemos discorrer sobre as políticas sociais que amparam crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica. No próximo item deste trabalho, iremos abordar o Programa Sentinela do município de Florianópolis que atende famílias com crianças e adolescentes envolvidas em situação de violência, e o Projeto Acorde, *locus* do estágio curricular e desta pesquisa.

## **1.2 Os serviços de proteção no município de Florianópolis: Programa Sentinela - Projeto Acorde**

O Programa Sentinela foi criado em 2000 após o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil, apoiado na Constituição Federal em seu artigo 227, no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, lei nº 8.069/90 e na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, lei nº 8.842/94. O Programa veio substituir o antigo PEVES – Programa de Erradicação da Violência e Exploração Sexual que já trabalhava no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. Sua atuação está centrada em dois eixos previstos na política de garantia e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, assegurados na lei nº 8.069 de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) que são: o atendimento, o acompanhamento e a prevenção.



Segundo o Programa de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes de 2001, o Programa Sentinela tem os objetivos abaixo relacionados:

### **Gerais**

- a) Atender, no âmbito da política de assistência, através de um conjunto articulado de ações, crianças e adolescentes abusadas e/ou exploradas sexualmente.
- b) Criar condições que possibilitem às crianças e adolescentes vitimizadas e suas famílias, o resgate e garantia dos direitos, o acesso aos serviços de assistência social, saúde, educação, justiça e segurança, esporte, lazer e cultura, guardando o compromisso ético, político e a multidisciplinariedade das ações.

### **Específicos**

- a) Desenvolver ações sociais especializadas de atendimento às crianças e aos adolescentes violados sexualmente, proporcionando-lhes serviços que permitam construir, num processo coletivo, a garantia de seus direitos fundamentais, o fortalecimento da sua auto-estima, o restabelecimento de seu direito à convivência familiar e comunitária, em condições dignas de vida.
- b) Proporcionar a inclusão social de crianças, de adolescentes abusados e/ou explorados sexualmente e de suas famílias, nas ações desenvolvidas por organizações governamentais e não-governamentais de atendimento e/ou defesa de direitos.
- c) Inserir as famílias das crianças e dos adolescentes abusados e/ou explorados sexualmente, em programas de geração de trabalho e renda, bem como de formação e qualificação profissional: Programa Nacional de Fortalecimento da

Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda (PRONAGER) e outros.

- d) Contribuir para a articulação de um sistema de informação sobre a violação dos direitos da criança e do adolescente, como o SIPIA – Sistema de Informação para a Infância e Adolescência e outros.
- e) Garantir a qualificação continuada dos profissionais envolvidos no atendimento social às crianças e adolescentes vitimizados sexualmente.
- f) Contribuir para o fortalecimento de ações coletivas de enfrentamento do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes, a exemplo dos Planos de Ações Integradas, na compreensão de que a rede articulada potencializa recursos.
- g) Proceder a exame diagnóstico da situação, identificando fatores que determinam sua ocorrência, de forma a subsidiar a definição dos mecanismos que permitam sua remissão a curto, médio e longo prazos.

Em Florianópolis, o Programa Sentinela foi implantado em 2001, vindo complementar a ação que o SOS Criança já executava desde 1991 (recebendo e verificando denúncias de violência contra criança e adolescente). Hoje, o Programa é executado no Complexo Ilha Criança na rua Rui Barbosa, nº 677, Fundos, Bairro Agrônômica, Cep: 88025-301. Sendo, subsidiado pelo atual Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, e gerenciado e executado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis através da atual Secretaria da Criança, Adolescente, Família, Idoso e Desenvolvimento Social, sua manutenção financeira é garantida através de convênio entre as instâncias municipal, e federal. Ao estado cabe a função de fiscalizador.

Por ser tratar de um atendimento municipalizado, o Programa Sentinela tem como público alvo os munícipes de Florianópolis, ou seja, crianças (de 0 a 12 anos) e

adolescentes (de 12 à 17 anos e onze meses de idade)<sup>7</sup> que foram ou estão sendo vitimizados pela violência, atingindo também toda a família.

Com a transição da gestão política após as eleições municipais em outubro de 2004, com posse a partir de janeiro de 2005, o Programa Sentinela sofreu profundas modificações estruturais. Isto porque, até dezembro de 2004, o Programa Sentinela realizava o atendimento baseado em três projetos<sup>8</sup> distintos:

- **SOS Criança:** averiguação e diagnóstico da violência doméstica contra crianças e adolescentes;
- **Acorde:** acompanhamento psicossocial multidisciplinar de famílias, com crianças e/ou adolescentes envolvidos em situação de violência intra e extrafamiliar, mais especificadamente a violência física severa e violência sexual de infanto-juvenil<sup>9</sup>;
- **Mel:** ações de prevenção no âmbito primário, secundário e terciário<sup>10</sup>.

O Projeto Acorde foi o local escolhido para a realização da presente pesquisa e também foi onde realizamos as atividades do estágio curricular obrigatório de Serviço Social. Este projeto está inserido numa instituição de caráter público que atua no âmbito municipal e tem como objetivos:

---

<sup>7</sup> Em alguns casos de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, para o adolescente em situação de risco, é realizada uma avaliação do caso e o atendimento se estende até os 21 anos.

<sup>8</sup> O Programa Sentinela de Florianópolis com os três projetos (SOS Criança, Acorde e Mel) foi considerado modelo nacional em relação ao atendimento prestado às vítimas de violência, assim como à sua família e à comunidade.

<sup>9</sup> Por critério do Programa, dava-se prioridade de atendimento para 70% as vítimas de violência sexual e 30% para as vítimas de violência física severa.

<sup>10</sup> Segundo Maldonado (1997) **Prevenção Primária** é aquela cujo objetivo está centrado na eliminação ou redução de fatores sociais, culturais e ambientais, que favoreçam a ocorrência da violência doméstica contra crianças e adolescentes. Significa estar levando orientação à população em geral, a respeito de diversos aspectos do cotidiano que possam causar danos tanto ao indivíduo quanto à sociedade como um todo. A **Prevenção Secundária** é dirigida aos profissionais e/ou populações que atuam diretamente com crianças e adolescentes no intuito de orientá-los na detecção precoce de situações de risco, possibilitando o impedimento de atos de violência e/ou sua reincidência contra crianças e adolescentes. A **Prevenção Terciária** busca minimizar males conseqüentes de violências praticadas contra crianças e adolescentes, através de um atendimento direto ao vitimizado e sua família. Este nível de prevenção tem por finalidade reduzir seqüelas decorrentes de problemas mais sérios, que não puderam ser evitados nem atenuados.

- a) Oportunizar às crianças e adolescentes envolvidos na exploração sexual a participação em trabalhos que visam a promoção da auto-estima e auto-proteção;
- b) Intervir diretamente em situações de violência sexual, física e psicológica, contra crianças e adolescentes, propiciando atendimento psicossocial e outros existentes na rede às vítimas e suas famílias, através de equipe multiprofissional;
- c) Adotar enfrentamento ético e político referente a questão da violência contra crianças e adolescentes;
- d) Atuar na prevenção da violência contra crianças e adolescentes nos níveis primário, secundário e terciário.

O Serviço Social da instituição está presente desde o início do Projeto e se configurou a partir da exigência de um trabalho especializado para atender as necessidades de uma demanda social circunstante a questões de violência, mais especificadamente, violência contra crianças e adolescentes. São competências do Assistente Social:

- Realizar o atendimento da família, da vítima e do agressor;
- Realizar triagem;
- Realizar estudo de casos em reuniões técnicas ou individual;
- Realizar análise social;
- Comunicar o Conselho Tutelar sobre os casos atendidos;
- Realizar visitas domiciliares;
- Coordenar os grupos de apoio às famílias;
- Encaminhar as vítimas para serviços comunitários (rede de apoio);
- Realizar acompanhamento permanente nos casos;
- Fazer levantamentos de dados estatísticos junto aos órgãos notificadores da violência;
- Elaborar estudo social/relatório situacional das famílias;

- Fornecer laudo social quando solicitado;
- Solicitar ao Conselho Tutelar e ao Juizado da Infância e Juventude a aplicação das medidas de sua competência, tais como abrigo quando necessário e matrícula na rede pública de ensino para as crianças e adolescentes quando necessitam, por exemplo;
- Viabilizar alguns recursos para dar suporte ao atendimento, como cesta básica, material escolar, vale transporte, medicamento, entre outros;
- Reuniões técnicas para planejar a ação de intervenção.

É importante lembrar que o trabalho realizado pelo Serviço Social conta com a parceria dos profissionais da Psicologia, o que viabiliza um trabalho interdisciplinar, proporcionando ao usuário melhor qualidade e resultados no seu atendimento.

Cabe ressaltar, que hoje (junho de 2005) estes três projetos (SOS Criança, Acorde e Mel) foram incorporados num só, totalizando o Programa Sentinela, e suas atividades estão sendo realizadas através de uma equipe multiprofissional composta por: Assistentes Sociais, Psicólogos, estagiários de Serviço Social, educadores sociais, auxiliares administrativos e motorista.

No próximo capítulo buscaremos expor a questão da violência sexual intrafamiliar, contextualizando de uma forma geral alguns pontos importantes como: conceituação do fenômeno, caracterização da família incestogênica, características da vítima e conseqüências do abuso, características e estratégias do agressor. Em seguida, explanaremos a problemática do incesto fraterno que é o ponto central deste trabalho.

## **CAPÍTULO 2 – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: O ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

### **2.1 Questões conceituais**

Segundo a Abrapia (1997), são muitas as causas da violência doméstica contra crianças e adolescentes. Entre elas, podemos citar questões sociais, culturais, econômicas, religiosas, psicológicas e psiquiátricas. No entanto, alguns fatores desencadeantes da violência doméstica são reconhecidos mundialmente, como: o abuso do poder do mais forte sobre o mais fraco; a reprodução da violência (pais maltratantes que foram crianças maltratadas) e situação de pobreza e miséria da família (que faz com que a violência doméstica contra crianças e adolescentes seja até cinco vezes mais freqüente na camada empobrecida da população).

Muitas concepções são utilizadas para definir violência doméstica. Neste trabalho em termos conceituais, adotamos a definição de Azevedo e Guerra (1995), que concebe violência doméstica como:

Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado, numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condições peculiares de desenvolvimento (AZEVEDO; GUERRA, 1995, p. 36).

A respeito deste conceito, Azevedo e Guerra (1995), fazem algumas considerações que merecem ser observadas:

- a) A violência doméstica pode se configurar tanto em atos exercidos como também por omissão da ação, desde que estes causem danos à vítima;
- b) A violência doméstica é praticada no interior da família, seja por pais (biológicos ou adotivos), parentes (tios, primos, irmão, avós) ou responsáveis (tutores e inclusive padrinhos);
- c) As vítimas podem ser crianças e adolescentes. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90, em seu artigo 2º, entende-se por criança a pessoa de até 12 anos incompleto e adolescente de 12 a 18 anos;
- d) A violência doméstica pode configurar-se de diversas formas entre elas: dano físico, sexual, psicológico e negligência;
- e) Aponta que o fenômeno implica no abuso de poder de autoridade e do dever de proteção do adulto sobre a criança. Pois, a família é responsável por proteger, cuidar e zelar por seus filhos para que estes se desenvolvam de uma forma segura;
- f) As crianças e os adolescentes são privados do direito de serem tratados como sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento. Isto implica numa coisificação da infância, em que, crianças e adolescentes são tratados como simples objetos de dominação para satisfação dos desejos e vontades do adulto.

Segundo a Abrapia (1997), a violência doméstica contra crianças e adolescentes pode se manifestar das seguintes formas:

- a) **Maus-tratos físicos:** uso da força de forma intencional, não-acidental, ou os atos de omissão intencionais, não-acidentais, praticados por parte dos pais ou responsáveis pela criança ou adolescente, com o objetivo de ferir, danificar ou destruir esta criança ou adolescente, deixando ou não marcas evidentes;

- b) **Negligência**: ato ou omissão do responsável pela criança ou adolescente em prover as necessidades básicas para seu desenvolvimento;
- c) **Maus-tratos psicológicos**: rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito, utilização da criança como objeto para atender a necessidades psicológicas de adultos. Pela sutileza do ato e pela falta de evidências imediatas, este tipo de violência é um dos mais difíceis de caracterizar e conceituar, apesar de extremamente freqüente;
- d) **Abuso sexual**: situação em que uma criança ou adolescente é usado para gratificação sexual de um adulto ou adolescente mais velho, baseado em uma relação de poder. Pode incluir manipulação da genitália, mamas, ânus, exploração sexual, voyeurismo<sup>11</sup>, pornografia e exibicionismo e o ato com ou sem penetração, com ou sem violência.

Neste trabalho, focaremos o abuso sexual que é o objeto de estudo deste trabalho, visto que o ponto central é o incesto fraterno. Por esta razão, iremos explorar um pouco mais a conceituação deste fenômeno.

Apesar de já termos explicitado anteriormente a conceituação de abuso sexual da Abrapia (1997), consideramos importante também citar Deslandes (1994), que concebe o abuso sexual contra crianças e adolescentes como:

Todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual cujo agressor está em estágio de desenvolvimento psicossocial mais adiantado que a criança ou o adolescente. Tem por intenção estimulá-la sexualmente ou utiliza-la para obter satisfação sexual. Estas práticas eróticas e sexuais são impostas à criança ou ao adolescente pela violência física, por ameaças ou pela indução de sua vontade. Podem variar desde atos em que não existam contato sexual (voyeurismo,

---

<sup>11</sup> Segundo Ximenes (2000), Voyeurismo é a perversão sexual de quem experimenta excitação sexual apenas quando vê partes ou práticas sexuais de outras pessoas. a excitação é causada por essa observação.



exibicionismo) aos diferentes tipos de atos com contato sexual sem ou com penetração. Engloba ainda a situação de exploração sexual visando lucros como prostituição e pornografia (DESLANDES, 1994, p. 12-13).

Com base na conceituação citada, entendemos que o abuso sexual contra crianças e adolescentes abarca dois pontos fundamentais: primeiro, a relação de poder do agressor em relação à vítima, ou seja, a imposição da força configurada na relação entre o forte e o fraco<sup>12</sup> e, segundo, a negação em reconhecer a criança e/ou adolescente como indivíduos em desenvolvimento e com direitos, vistos que são tratados apenas como meros objetos para satisfação dos desejos e vontades sexuais do agressor. Esses elementos contribuem muitas vezes para a passividade e impotência da vítima, e acabam potencializando a ação do agressor em submeter a criança a diversos tipos de agressão.

Corroborando com estas conclusões, Chauí (1985), se manifesta dizendo que o abuso sexual é a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade na relação entre superior e inferior; a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como uma coisa.

Vaicunas et al. (2000), afirmam que enquanto modalidade “privilegiada” de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, o incesto é uma coação exercida por um adulto a ela ligado por laços de parentesco, afinidade ou responsabilidade, com o intuito de levá-la a participar de práticas eróticas. Diante desta conceituação, vale ressaltar algumas considerações:

- a) Embora a literatura fale genericamente que as vítimas são crianças, os adolescentes também podem ser vítimas - entendendo que são consideradas crianças até 12 anos incompletos e adolescentes de 12 a 18 anos;

---

<sup>12</sup> Mesmo que às vezes não seja utilizada a força física, o agressor pode possuir uma forte imposição moral, em que ele é mais forte que a vítima (FORWARD; BUCK, 1989).

- b) O agressor está ligado por laços de parentesco (pai, mãe, irmão, tio), afinidade ou responsabilidade (moral, legal – padrasto, padrinho, tutor, etc.);
- c) A prática erótica pode ser a mais variada possível, podendo haver ou não contato físico.
- d) Outras formas de violência podem ocorrer, como por exemplo, a física, a negligência e a psicológica.

Segundo Forward e Buck (1989)<sup>13</sup> há duas definições de incesto: a primeira seria a definição do ponto de vista legal; e a segunda do ponto de vista psicológico.

A definição legal se limita à relação sexual entre indivíduos com um grau próximo de parentesco. Esta definição pode passar diante de uma enorme variedade de experiências e abusos sexuais, e é uma das razões porque muitas vítimas que foram submetidas a carícias, forçadas a sujeitar-se ou a realizar sexo oral, fotografadas ou invadidas e exploradas de outras formas, sequer perceberam que foram vítimas de incesto.

A definição psicológica de incesto é mais abrangente, e afirma que o incesto é qualquer contato sexual entre pessoas que tenham um grau de parentesco ou que acreditem tê-lo. Esta definição incluiria padrasto e madrasta, meio-irmãs, avós por afinidade e até mesmo amantes que moram juntos com o pai e a mãe, caso assumam eles o papel de pais. Para as autoras (*idem*), se a confiança especial que existe entre a criança e um parente ou uma figura de pai for violada por qualquer ato de exploração sexual, trata-se de incesto.

Vaicunas et al. (2000), classificam o incesto em ordinário e extraordinário. O incesto ordinário é o mais freqüente, socialmente desqualificado para a vítima e para o agressor podendo ocorrer no lar de forma reiterada, mesclando-se ao cotidiano da família, como por exemplo: incesto pai-filha, ou padrasto-enteada. Já o incesto extraordinário

---

<sup>13</sup> As autoras Forward e Buck (1989), definem o incesto nestas duas linhas de acordo com a realidade americana.

compreende aquelas ocorrências que são raras ou poucas difundidas, ou seja: o incesto mãe-filho, filha-avó, entre irmãos.

O incesto é um ato que está intimamente associado ao “proibido”. A proibição do incesto presente em quase todas as culturas parece estender-se também a proibição de falar sobre o assunto, tornando-se também um tabu, que precisa de esclarecimentos e discussões mais aprofundadas (COHEN; GOBBETTI, 2004).

Segundo Levi-Strauss (1969 apud COHEN; GOBBETTI, 2004), a proibição do casamento entre parentes próximos pode ter um campo de aplicação variável, de acordo com a definição de parentesco, mas a proibição ou a limitação das relações sexuais está presente em qualquer grupo. Desta forma, a proibição do incesto situa-se no limiar entre a natureza e a cultura.

Várias teorias vêm sendo utilizadas para explicar a finalidade da proibição do incesto. Entre elas, temos: a biológica, a psicológica e a social.

Para Cohen e Gobbetti (2004, p.1), as teorias biológicas concebem um “horror ao incesto nato” que seria a proteção natural contra os malefícios resultantes do cruzamento endogâmico. Entretanto, estes autores afirmam que o fator biológico não é elemento condicionante para a proibição do incesto, pois segundo eles, outro ponto que reforça o tabu do incesto é a proibição do casamento entre parentes por afinidade, o que demonstra a não importância da consangüinidade, mas sim a do parentesco. Se realmente o incesto fosse proibido somente pelas leis biológicas não seriam, então, necessárias leis sociais que o proibissem, logo a questão é mais sócio-cultural do que biológica.

Conforme Cohen (1993), para as teorias psicológicas, a não atuação do incesto permite a diferenciação e a simbolização de funções dentro da família (pai, mãe e irmãos), possibilitando o desenvolvimento do indivíduo e da família. Nesta perspectiva, a proibição do incesto é um fator organizador, demarcando limites.

Em relação às teorias sociais, Forward e Buck (1989) contribuem refletindo que em nossa sociedade, muitas proibições são essenciais para a coexistência pacífica, e o tabu do incesto é uma delas. As relações entre os membros da família já são complicadas e tensas o bastante sem a interferência da competição sexual e do ciúme. Se evitássemos instintivamente o comportamento incestuoso, não seria necessário proibi-lo.

O incesto é visto diferentemente em diversos países devido a herança cultural de cada lugar. Condenável na nossa cultura, o incesto, não é explicitado com esta nomenclatura em nossos Códigos. O Novo Código Civil Brasileiro, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, em seu livro IV – Do direito de família, Título I – Do Direito Pessoal, Subtítulo I – Do Casamento, no Capítulo III – Dos impedimentos, diz em seu “Artigo 1.521 - Não devem casar”:

- I - os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil;
- II - os afins em linha reta;
- III - o adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante;
- IV - os irmãos, unilaterais ou bilaterais, e demais colaterais, até o terceiro grau inclusive;
- V - o adotado com o filho do adotante;
- VI - as pessoas casadas;
- VII - o cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu consorte.

Segundo o Código Penal Brasileiro, Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, abuso sexual de crianças é crime comum em que o grau de parentesco é um agravante dos crimes contra os costumes, segundo o artigo 226 deste código, a pena é

aumentada de quarta parte se o agente é ascendente, pai adotivo, padrasto, irmão, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tem autoridade sobre ela. Além disto, o artigo 213 - crime de estupro, o artigo 214 – crime de ato libidinoso diverso da conjunção carnal, o artigo 217 - crime de sedução e artigo 218 – crime de corromper ou facilitar corrupção, prevêm os crimes contra a liberdade sexual.

A nossa Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, diz que a família é a base da sociedade e que o Estado deve criar mecanismos para coibir a violência intrafamiliar. Estabelece, no Capítulo VII (Da família, da criança, do adolescente e do idoso), art. 227, § 4º: “A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual de crianças e adolescentes”.

Segundo Cohen (1993), a nossa legislação, não deveria entender o incesto apenas como um agravante de um crime sexual, já que este, não é apenas um tipo de variação de um crime contra os costumes, é uma violência contra o indivíduo e contra a família, pois a relação incestuosa não permite que o indivíduo se estruture, além de desestruturar a família. Para o autor, o incesto deve ser considerado como um crime autônomo, pois é um crime com características próprias.

Diante do conteúdo apresentado, vimos que o incesto é imposto devido a regras sociais e culturais de cada lugar. Por isso, no próximo item, iremos abordar a questão da família incestogênica, para expor como a família se manifesta diante do fenômeno.

## **2.2 A família incestogênica**

Segundo Azevedo e Guerra (1994), o fato de vivermos num país onde predomina, por um lado, uma “cultura da transgressão” e, de outro, uma “cultura de desrespeito da

infância”, não é de estranhar que o lar, nem sempre seja um lugar seguro para crianças e adolescentes crescerem.

Muito ao contrário do mito da família harmoniosa e feliz em que muitos de nós fomos levados a acreditar, a trágica realidade dos abusos perpetrados por familiares (biológicos ou por afinidade), contra suas crianças e adolescentes, vem nos obrigando a reconhecer que a família pode ser configurada como um ambiente destrutivo, em que nem sempre é possível assegurar a proteção de seus membros, quebrando assim, o mito da família sagrada, em que nada de mal acontece.

Para Azevedo e Guerra (1993), o núcleo familiar no Brasil segue o mesmo modelo da sociedade portuguesa de família patriarcal, com padrões culturais autoritários e dominadores, que pode propiciar maiores incidências de atos violentos dentro do lar.

Segundo Azevedo e Guerra (1998), o fenômeno incesto ocorre em um tipo de família denominada família incestogênica, consistindo em um gênero de família conflitiva, cuja estrutura e dinâmica dificultam o desenvolvimento de seus membros. As características principais da família incestogênica são:

- a) o afeto é veiculado de forma erotizada;
- b) a comunicação não é aberta, instalando-se um complô de silêncio cômodo ao agressor, em que a criança vítima se cala enquanto os demais membros se negam a enxergar a realidade;
- c) o ideário e as práticas familiares incluem como regras de ouro: o respeito, sem discussão, à autoridade paterna; a obediência necessária aos filhos; a discriminação entre papéis de gênero, mantendo a mulher-criança como objeto sexual do poder masculino.
- d) falta de limites intrageracionais claros;

- e) assume um funcionamento e estrutura características, como: grande confusão ao nível de fronteiras intergeracionais e das identidades de seus membros; fronteira organizacional muito pouco permeável ao exterior; relações familiares rígidas, estruturadas no princípio da homeostase; família resistente a mudanças; aparente coesão – família desunida-reunida pelo abuso; ditadura familiar – poder concentrado na figura paterna ou no seu representante; discricionário em relação aos mais fracos dependentes; imprevisível (regras são impostas e transcritas de acordo com a vontade do ditador); “terror da revelação” e terror de abandono.

Para Cohen (1993), antes de falar de incesto é preciso entender o que é família, pois o incesto é “literalmente um assunto de família”.

Quanto ao conceito de família, adotamos a classificação de Miotto (2000), que considera a família como um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo, mais ou menos longo e se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos. É marcado por relações de gênero e, ou de gerações, e está dialeticamente articulada com a estrutura social na qual está inserida.

Miotto (2000), entende que os problemas que se apresentam ao longo da história das famílias estão relacionados prioritariamente com a impossibilidade de elas articularem respostas compatíveis com os desafios que lhes são colocados. Assim, a proposição de cuidados dirigidos às famílias deve partir do princípio de que elas não são apenas espaços de cuidados mas, principalmente, espaços a serem cuidados. Segundo a autora (idem), a noção dos cuidados dirigidos a família não exclui cuidados dirigidos a seus membros enquanto indivíduos, especialmente quando envolvem crianças e adolescentes. Ou seja, os cuidados devem implicar a totalidade.

Minuchin (1982), considera a estrutura familiar como um conjunto invisível de exigências funcionais que organiza as maneiras pelas quais os membros da família interagem. Neste contexto, as relações incestuosas na família desequilibram toda estrutura familiar, em que a função social dos papéis exercida por seus membros acaba sendo invertida e confundida. As famílias que não cumprem o seu papel protetor comprometem e abalam o desenvolvimento psicossocial de suas crianças e adolescentes, danos estes que podem se perpetuar por meses, anos e até pela vida inteira se não forem identificados e tratados.

Cohen (1993), considera o incesto como um ato egoísta, que atrapalha e desestrutura a família. Para este autor, não devemos considerar o incesto apenas como uma relação entre duas pessoas, mas uma relação que nasceu devido à ausência de uma estrutura familiar. Segundo este autor, o incesto ocorre em famílias nas quais existe uma colaboração, consciente ou inconsciente, dos outros membros da família. Assim, o incesto pode ser considerado como um sintoma de uma crise da estrutura familiar.

Segundo Azevedo e Guerra (2000), os casos de famílias incestuosas ocorrem com muita frequência, mas, a família se perpetua, muitas vezes imune e intacta a intervenções externas, pois antes de ser considerada abusiva, o lar é visto como sagrado, um bom meio para crianças e adolescentes crescerem. Desta forma, os casos muitas vezes não são denunciados nem notificados, o que as autoras chamam de “cifra negra”<sup>14</sup>.

Para Azevedo e Guerra (2000 apud VALIN, 2002), alguns fatores colaboram para que o fenômeno do abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes seja pouco debatido e denunciado pela sociedade em geral, tais como: as dificuldades de acreditar que um membro da família possa abusar de uma criança; as dificuldades de desvendar os segredos familiares que envolvem o abuso; dificuldades de trabalhar face às estratégias que

---

<sup>14</sup> São os casos subnotificados.



o agressor utiliza para manter a vítima calada; dificuldades em perceber como o comportamento da criança revela as conseqüências do abuso (sinais e as pistas para identificação da violência sexual, que podem ser tanto físicos como emocionais).

Cohen (1993), de uma forma geral, afirma que o silêncio da sociedade frente ao fenômeno ocorre devido ao temor da família em destruir a aparência de “sagrada” e pela conivência das pessoas que sabem do fato e não o denunciam fundamentados na idéia de que nada pode ser feito para resolvê-lo, por ser um assunto tratado como tabu.

### **2.2.1 Características da vítima e conseqüências do incesto**

Segundo a Abrapia (1997), algumas pesquisas revelam que, nos Estados Unidos, 20% das meninas e 9% dos meninos são sexualmente abusados antes de atingirem 12 anos, indicando que as meninas são as vítimas mais freqüentes.

Forward e Buck (1989), consideram o incesto sempre como uma experiência devastadora para a vítima. Seu impacto emocional e psicológico é destrutivo por diversas razões – em parte devido a nossas reações culturais ao incesto, em maior medida pelo fato de que a criança assume um papel de adulto para o qual está despreparada, e ainda, o que é mais trágico, a traição do agressor em quem a criança depositava confiança. Ou seja, as pessoas com quem costumava contar, em quem aprenderam a confiar e que amam, subitamente podem se apresentar a elas de um modo perturbador, aterrorizante, e muitas vezes fisicamente doloroso.

O incesto é poderoso. Sua devastação é maior que a das violências sexuais não-incestuosas contra crianças porque o incesto se insere na constelação das emoções e dos conflitos familiares. Não há um estranho

de que se possa fugir, não há uma casa pra onde se possa escapar. A criança não se sente mais segura nem mesmo em sua própria cama. A vítima é obrigada a aprender a conviver com o incesto; ele abala a totalidade do mundo da criança. O agressor está sempre presente, e o incesto é quase sempre um horror contínuo para a vítima (FORWARD; BUCK, 1989, p. 30).

A vítima de abuso sexual incestuoso pode viver em constante angústia. Segundo as autoras (idem), em certos momentos, a vítima muitas vezes gosta das carícias incestuosas, pois estas carícias podem representar a única manifestação de afeto que ela jamais conheceu. Em outros casos, a vítima sente dor, medo e repugnância. A vítima está consciente até um certo ponto do tabu, e sente que o que está fazendo é considerado “sujo”.

Forward e Buck (1989) afirmam que a vítima do incesto sente medo de ser surrada, de ser expulsa de casa, ou de acharem que está mentindo, assim não conta o fato a ninguém. A vergonha sentida faz com que fique em silêncio. Seja qual for a razão, a vítima se encerra num mundo de segredo – um mundo de vergonha, desespero e culpa, onde se sente isolada de todas as outras pessoas, não há ninguém a quem possa recorrer, em que possa confiar e pedir ajuda. Pecis (1996, p. 118) acredita que no abuso sexual intrafamiliar, “a criança não denuncia e, se o faz, é só uma vez. Ao não ser escutada ou apoiada, ela renuncia e mantém a situação em segredo”.

Segundo Cohen (2000), as vítimas de incesto podem ser classificadas quanto ao grau de evolução mental e psicossocial:

- **se for criança:** devemos considerar como uma agressão violenta: mesmo que não haja violência física, o ato incestuoso quase sempre é aceito pela criança por terror. Nesta situação, o episódio violento é considerado como um ato abusivo;
- **na adolescência:** é freqüente que a adolescente seja acusada de ter seduzido o seu agressor. A relação incestuosa pode ser aceita por terror ou por conflito,

conforme a estrutura de personalidade da vítima. No caso de adolescentes, a violência sexual também é considerada um ato abusivo do agressor em relação à vítima;

- **adulta:** se não for considerada doente mental ou portadora de um distúrbio da personalidade, deve ser respeitada como uma opção sexual.

As conseqüências do abuso incestuoso são várias, mesma que a vítima não tenha consciência delas, pois muitas vezes os sentimentos inerentes ao ato incestuoso são negados ou reprimidos (COHEN, 2000). As conseqüências podem se apresentar em formas orgânicas e psicológicas.

Segundo Vitiello (1989), podem ser conseqüências orgânicas da vitimização sexual de crianças e adolescentes: lesões físicas e gerais, lesões genitais, lesões anais, gestação, doenças sexualmente transmissíveis e disfunções sexuais.

Para Azevedo (1989), a despeito das conseqüências da vitimização sexual na infância e na adolescência, as vítimas podem apresentar: dificuldades de adaptação afetiva (sentimento de culpa, sentimento de auto-desvalorização, depressão); dificuldades de adaptação inter-pessoal (recusa no estabelecimento de relações com homens, estabelecimento de relações apenas transitórias com homens, tendência a supersexualizar relações com homens); dificuldades de adaptação sexual (problemas que podem estar ligados ou não a uma negação de todo e qualquer relacionamento sexual ou incapacidade de vivenciar relacionamentos sexuais satisfatórios).

Segundo Cohen (2000), as vítimas estão sempre estressadas e algumas vezes apresentam problemas de conduta como, por exemplo, insônia, dificuldades alimentares, baixo rendimento escolar, manifestações obsessivas, fóbicas, enurese, encoprese, problemas psicossomáticos, transtornos psicóticos.

Rouyer (1989), acrescenta que no caso de vítimas meninas, estas também podem apresentar como seqüela a interrupção da menstruação, mesmo quando não houve penetração vaginal. Segundo a autora (*idem*), em alguns casos, as vítimas se tornam ninfomaníacas ou se inserem na prostituição, como forma inconsciente, de se desprezar e de se destruir. A autora também associa toxicomania e o envolvimento em atos infracionais, como formas de a vítima expressar o seu sofrimento.

Além disto, as vítimas podem descrever um outro comportamento decorrente do abuso sexual, pois segundo Summit (1983, apud PECIS, 1996), a criança vítima de abuso sexual pode adquirir a síndrome de acomodação da criança abusada sexualmente, que consiste em cinco estágios:

- a) estabelecimento do segredo = perigo da revelação;
- b) sentimentos de impotência = traumas;
- c) aprisionamento e acomodação;
- d) revelação não-convicente;
- e) retratação = não se sente apoiada e retira sua denúncia.

Em outra obra, esta autora (1983, apud ROUYER, 1997), afirma que se o diagnóstico de abuso sexual não foi feito, e se as pessoas não acreditam na criança, os distúrbios decorrentes do abuso sexual são mais discretos, pois a criança aprende a aceitar a situação e a sobreviver com ela, sob o risco de que as conseqüências só se manifestem mais tarde com graves problemas de personalidade.

Para Farinatti et al. (1993), as crianças abusadas podem sofrer transtornos emocionais e comportamentais que podem causar problemas no desenvolvimento como um todo. Se não houver superação do trauma, com quebra do ciclo abusivo, que muitas vezes

vem se repetindo por gerações, existe a tendência de repercussões desastrosas pelo resto da vida.

### **2.2.2 Características e estratégias do agressor incestuoso**

É importante ter claro que o agressor incestuoso não pode ser definido, nem estereotipado, pois este é encontrado em todas as classes sociais, etnias e religiões, sem discriminação. Por isso, a literatura especializada na área (AZEVEDO; GUERRA, 1993; FOWARD; BUCK, 1989; COHEN, 1993; OUTROS), apenas aponta alguns indicadores de comportamento, ou seja, algumas características que muitas vezes não podem ser levados a risca porque cada caso é diferente do outro.

Diante disto, Forward e Buck (1989), apresentam as seguintes características dos ofensores sexuais:

- a) Os agressores raramente cometem o abuso sexual somente para satisfazer suas necessidades sexuais. Na verdade usam o sexo para satisfazer uma série de necessidades de cunho emocional;
- b) Os agressores raramente recorrem à violência para iniciar o incesto. Na maioria das vezes, o agressor apresenta uma figura de autoridade forte, que é suficiente para fazer a criança submeter-se aos seus abusos sexuais. Caso contrário, ele usa a força para conseguir o que quer;
- c) Cometem o abuso por não conseguirem controlar seus impulsos;
- d) Dificilmente conseguem compreender e admitir abertamente a sua responsabilidade pelo incesto. Mesmo quando admite, transfere uma parcela da responsabilidade com a vítima.

O agressor sexual pode usar de várias estratégias para manter o ciclo abusivo e principalmente o segredo deste ato. Por isso, além da violência sexual, pode haver a associação de outros tipos de violência como a física e a psicológica. Além disto, ameaças e intimidações (imposição do medo) e da chantagem em que o agressor afirma à vítima que ninguém irá acreditar nos fatos (descrédibilidade da vítima), que ela será banida da família, que ela será culpada pela prisão dele, ou o medo que ele abuse de outro irmão/irmã, são algumas das estratégias utilizadas pelos agressores sexuais para a manutenção do segredo. Segredo este, que é guardado pela vítima, pelo agressor, e muitas vezes por outros membros da família.

Ao falar do ato cometido pelo agressor incestuoso, precisamos também contextualizar a história de vida desta pessoa. Muitas vezes, este agressor apresenta uma trajetória traçada por reiteradas violências e vitimizações no decorrer de sua vida. Por isso, o agressor, assim como a vítima também precisa de tratamento especializado para trabalhar todas estas questões que norteiam o ato do abuso sexual, pois, o fato de o agressor ser preso e cumprir a pena, não garante que ele ao sair da cadeia, não irá mais abusar de ninguém. Ele necessita de tratamento especializado para controlar seus impulsos sexuais, pois segundo Forward e Buck (1989), o agressor comete o abuso porque não consegue controlar seus impulsos sexuais. Isto, também não quer dizer que estamos eximindo o agressor da sua responsabilidade, pelo contrário, ele pode ser o único responsável pela vitimização da vítima, mas, devemos também pensar na reabilitação psicossocial deste indivíduo para que ele não continue cometendo o mesmo ato com outras pessoas.

## 2.3 O incesto fraterno

### 2.3.1 A relação fraterna

Antes de abordarmos a questão do incesto entre irmãos, é importante entender a importância da relação fraterna, para assim, compreender as implicações deste incesto.

Segundo Rufo (2003), para entendermos melhor a relação fraterna é preciso conhecer três conceitos: o que é um irmão, o que é fraternidade e o que é fratria.

Para Ximenes (2000), a palavra irmão remete primeiramente a um vínculo de filiação, de filhos dos mesmos pais, ou de um só deles, em relação a outro(s) filho(s). Depois a um vínculo de analogia verdadeira ou figurada que dá sinônimos como: “camarada”, “companheiro”. Para o autor, fraternidade é o parentesco entre irmãos, o amor ao próximo, a harmonia e união entre aqueles que vivem em proximidade ou que lutam pela mesma causa, etc. E por fim, fratria, trata-se do conjunto de irmãos de uma família (RUFO, 2003).

Segundo Rufo (2003), uma família se estrutura em torno de três grandes eixos: as relações conjugais dos pais, as relações destes com cada um dos filhos e as relações entre irmãos. Por isso, o fato de viver em companhia de um irmão tem um papel muito particular na construção da personalidade de cada um de nós.

Para este autor, as relações que unem os irmãos são o resultado de uma grande intimidade que não é escolhida, mas imposta pelos pais. Os filhos sabem muito cedo que os pais lhes deram este ou aqueles parceiros para a vida, independentemente se for através de laços consangüíneos ou por afinidade como é o caso dos irmãos adotivos, ou dos filhos dos companheiros de um dos pais (da madrasta ou do padrasto).

Rufo (2003), afirma que o vínculo fraterno instala-se na continuidade e no tempo. A longevidade fraterna é bem maior que a do vínculo filial: somos em geral mais tempo irmãos que filhos. A noção de tempo é fundamental nas relações entre irmãos, pois é o tempo partilhado que determina a formação dos grupos, estabelece a relação de forças, institui um líder, atiza ou acalma os conflitos, as brigas, as relações marcadas de agressividade. Na realidade, é a vida no seio da fratria que permite a cada um experimentar a socialização, antes de viver suas próprias experiências com outras crianças na creche ou na escola.

Para este autor, o fato de ter um irmão permite a abertura para a expansão da família. Os irmãos vivem juntos muitos anos, e, no entanto, cada um deles guarda desse período uma lembrança que lhe é própria, uma lembrança íntima, embora construída sobre bases comuns. Na fratria, o irmão mais velho tem a função essencial de manter a memória familiar. Essa função tem para os mais novos e os do meio o interesse de lhes dar acesso a um tempo e a acontecimentos que eles não viveram e que, no entanto, pertencem à história da família. Numa família, quando o papel dos pais é fragilizado, o mais velho pode ser de grande apoio para os irmãos. Ele é capaz de modificar a imagem de um dos pais em dificuldade. Idealizado pela fratria, ele atenua as inseqüências e as incompetências dos pais. Por isso é que certos caçulas consideram muitos mais os irmãos mais velhos como um pai ou uma mãe do que como um irmão ou irmã.

Para Rufo (2003), as primeiras relações sexuais, que afastam os desejos incestuosos entre irmão e irmã, costumam marcar o distanciamento quando este ainda não aconteceu. Por isso, um novo passo é dado quando um dos membros da fratria sai para se casar. É de se notar que o casamento, até data bem recente, separava oficialmente as irmãs dos irmãos, já que abdicavam do nome da família em favor do nome do marido. As relações fraternas se enriquecem com mais ou menos felicidade com a chegada dos



cunhados e cunhadas. Elas se complicam duplamente, principalmente por sua marca incestuosa, quando as uniões se passam entre irmãos e irmãs. Nesse estágio, não são mais os vínculos de sangue que unem as famílias e sim os da conjugalidade, cuja função primordial é afastar o risco de incesto. As relações entre irmãos ocorrem então na oposição entre a solidariedade ligada ao sangue conjugal.

Rufo (2003), acredita que a solidez do vínculo entre irmãos na idade adulta é geralmente determinada pela quantidade de suas relações no passado. Como quase sempre, é a história que permite compreender o presente e construir o futuro. A sobrevivência dos vínculos permite avaliar o que cada um dos membros da fratria obteve de enriquecedor ou constrangedor. Assim, as relações fraternas constituem a família, do mesmo modo que as relações do casal. Os irmãos trocam entre si as referências sociais, e estas podem ser lembranças que irão ser guardadas por toda a vida, que tanto podem ser boas quanto ruins.

Segundo Kemp (2005), irmãos e irmãs podem ser os maiores amigos, os piores inimigos, ou ambos, dependendo das circunstâncias, da hora, do dia e das oscilações de humor. Irmãos podem ser surpreendentemente amáveis uns para com os outros, mas também podem ser implacavelmente cruéis. A rivalidade entre irmãos, até certo ponto, deve ser encarada como natural, talvez inevitável, tratando-se de um espírito de ciúme e competição entre pessoas da família. Entretanto, a rivalidade também pode ter um efeito devastador no lar, sendo um elemento destrutivo ao invés de construtivo. Para este autor (idem), o abuso entre irmãos geralmente resulta na tentativa de um dominar o outro, exercer o poder sobre o mais frágil.

Diante disto, Rufo (2003) considera que

A fratria é uma microssociedade; como tal, ela também precisa de regras que evitem o predomínio das pulsões. O que não significa que as pulsões destrutivas não existam na fratria. Simplesmente, elas são controladas pela lei familiar e social (RUFO, 2003, p. 256).

Desta forma, o incesto entre irmãos aparece na relação fraterna como um evento destrutivo, pois, abala laços muito importantes da família - o fraterno. Diante do exposto, no próximo item, abordaremos questões peculiares sobre o incesto entre irmãos.

### **2.3.2 O incesto entre irmãos**

De acordo com Cohen (1993), na história da humanidade, algumas sociedades permitiam que seus membros mais ilustres transgredissem o tabu do incesto fraterno. Podemos citar o caso do antigo Egito onde as uniões incestuosas entre irmãos eram impostas aos Faraós em homenagem ao mito dos deuses Ísis e Osíris<sup>15</sup>. Na verdade, nesta sociedade o casamento entre irmãos era a única forma de se conservar a fortuna da família. Este tipo de casamento durou até a dinastia do Ptolomeus em que Cleóprata casou-se com seu irmão Ptolomeus XII. A Bíblia também narra algumas passagens de incesto fraterno, Abraão casa-se com Sara, sua meia-irmã; e Absalão mandou matar seu meio-irmão Amnon por este ter estuprado sua irmã, Tamar (Segundo Livro de Samuel, Capítulo 13, Versículo 1-39).

Segundo Forward e Buck (1989) os irmãos geralmente apresentam tamanha inclinação a fazerem experiências sexuais entre si, que alguns especialistas avaliam que pelo menos um contato sexual casual entre irmãos acontece em nove de cada dez famílias com mais de um filho. No entanto, quando essas experiências sexuais não são circunstanciais, referentes a contatos com intenções definidas, as vítimas do incesto entre irmãos podem ficar tão seriamente traumatizadas quanto à vítima de um agressor adulto.

Segundo Finkelhor e Hotaling (1984 apud AMAZARRY; KOLLER, 1998), algumas definições de abuso sexual devem incluir as diferenças de idade e os elementos de

---

<sup>15</sup> Segue em anexo A, a história egípcia de Ísis e Osíris, que narra o incesto fraterno.

coerção, assim como o tipo de comportamento envolvido. Os autores recomendam que deve haver uma diferença de idade de cinco anos ou mais quando a vítima é menor de 12 anos e uma diferença de dez anos ou mais quando a criança tiver entre 13 e 16 anos. Entretanto, segundo esses autores o uso da força, ameaça ou de exploração de autoridade, independentemente das diferenças de idade, sempre deveria ser considerado um comportamento abusivo. Knustson (1995 apud AMAZARRY; KOLLER, 1998), reforça que a diferença de idade não deve ser a principal exigência para o diagnóstico, visto que é a relação de poder estabelecida entre abusador e vítima que caracteriza essa interação.

Para Amazarry e Koller (1998), no abuso entre irmãos a diferença de idade deve ser levada em consideração. Quando o irmão abusador é significadamente mais velho do que a vítima, supõe-se que o primeiro esteja numa posição de autoridade parental, enquanto o segundo encontra-se numa situação de imaturidade e dependência. Entretanto, Furniss (1993), salienta que nos casos em que os envolvidos são quase da mesma idade, é inadequado utilizar os termos vítima e agressor, isto porque não existe uma relação de dependência estrutural entre eles, o que ocorre é uma confusão de relacionamento emocional e sexual, na qual a excitação é substituta do carinho. Trata-se da Síndrome João e Maria que será relata logo em seguida.

Segundo Forward e Buck (1989), quase sempre as vítimas são meninas violentadas por seus irmãos mais velhos que se aproveitam para satisfazer seus impulsos sexuais ou manifestar algum conflito inconsciente. Quanto maior for a diferença de idade entre os irmãos, mais o incesto tende a ser violento, e conseqüentemente mais destrutivo será o trauma. Além disto, quanto maior for a diferença de idade entre os irmãos, mais fortalecida será o papel do irmão mais velho como figura de autoridade, e, portanto, maior a traição da confiança.

Para compreender melhor o incesto entre irmãos e suas peculiaridades, precisamos conhecer e compreender cada uma das várias combinações possíveis das idades e sexo dos envolvidos, a implicação destas combinações que culminaram no incesto, pode ser entre: irmão mais velho e irmã mais nova, irmã mais velha e irmão mais novo, relação heterossexual entre irmãos da mesma idade - a chamada *Síndrome de João e Maria*, relação homossexual entre irmãos de idades diferentes.

Cada combinação tem uma dinâmica própria e precisa ser abordada de acordo com as suas especificidades, por isso, a seguir caracterizamos cada uma delas de acordo com os autores de referência encontrados nesta área:

#### **- Irmão mais velho - irmã mais nova**

Segundo Forward e Buck (1989), neste caso, há dois esquemas que envolvem esta situação. Primeiro há uma diferença de idade entre os dois, em que o irmão mais velho está geralmente na puberdade e usa a sua irmã mais nova como cobaia sexual. Já que sua irmã mais nova é geralmente inocente, muitas vezes encara a sexualidade como brincadeira. Entretanto, segundo as autoras, esta situação é mais prejudicial ao agressor, que pode posteriormente sentir uma culpa substancial por ter tirado vantagem da afeição e da confiança da irmã.

Num segundo momento, o agressor bem mais velho que a irmã, abusa dela muitas vezes com violência, por razões psicológicas complexas, motivadas apenas em parte por razões sexuais. Este tipo de combinação apresenta semelhanças com o incesto entre pai e filha (FORWARD; BUCK, 1989).

### **- Irmã mais velha - irmão mais novo**

Para Forward e Buck (1989), esta situação apresenta semelhança em muitos aspectos com o incesto entre mãe e filho. Os sintomas apresentados pelas vítimas são praticamente os mesmos, como: insegurança, culpa, incapacidade de se relacionar com as mulheres, às vezes impotência. Assim como o incesto entre mãe e filho, a vítima não entende que foi vitimizada, em vez disso, sofre de culpa porque se sente cúmplice ativo do incesto.

Segundo as autoras, uma irmã mais velha geralmente se volta sexualmente para o irmão mais novo porque se sente desajustada e ameaçada nas relações com seus parceiros. Seu irmão mais novo é um parceiro que não lhe faz exigências. Ela se torna dependente dele, e não o deixa escapar. Tornar-se maternal e superprotetora. Para as autoras, esse aspecto semimaternal é fundamental, já que indica uma transferência de atrações edípicas<sup>16</sup>. A vítima vivencia com a irmã as fantasias edípicas que alimentava em relação à mãe.

### **- Sexo heterossexual entre irmãos de quase a mesma idade - *Síndrome de João e Maria***

Segundo Furniss (1993), o envolvimento sexual por irmãos quase da mesma idade freqüentemente é uma expressão da “síndrome de João e Maria”. Na fábula infantil os irmãos João e Maria eram duas crianças que foram mandadas embora por seus pais e que

---

<sup>16</sup> Segundo Forward e Buck (1989 apud Freud), os meninos, por volta dos quatro anos de idade, começam a experimentar o desejo de possuir sexualmente suas mães e tomar o lugar de seus pais (assim como Édipo, na mitologia grega, mata o pai e se casa com a sua mãe). As autoras acreditam que os desejos edípicos consistem em anseios emocionais simbólicos e em impulsos físicos de contornos indistintos, e não em fantasias incestuosas específicas.

se perderam na floresta, e que tinham apenas a companhia, o conforto e cuidado um do outro para sobreviver.

Para o autor, a relação entre irmãos quase da mesma idade não apresenta características da grande diferença de maturação entre os envolvidos, pois não existe nenhuma dependência estrutural em um relacionamento de autoridade entre eles.

Furniss (1933), acredita que na Síndrome de João e Maria, talvez não seja indicado utilizar termos como “abusador” e “vítima”. O abuso é parte de uma síndrome geral de privação emocional, em que ambas as crianças também podem ter sido severamente abusadas, física ou sexualmente, por figuras parentais. Geralmente, neste caso é muito mais um relacionamento sexual igual em que ambas as crianças tentam dar e receber uma forma distorcida de mútua satisfação, conforto e cuidado. Neste caso, a relação sexual é uma forma de cuidado emocional pervertida e confusa, em que a estimulação e excitação sexual é um substituto do cuidado emocional parental.

Para o autor, na síndrome de João e Maria, ambas as crianças precisam ser tratadas como vítimas iguais, sendo o relacionamento sexual uma tentativa secundária de sobreviver. Ambas as crianças precisam assumir igualmente a devida responsabilidade por seu relacionamento sexual inadequado e tratar as diferenças das experiências e papéis sexuais femininos e masculinos próprios de cada gênero e adequados para cada idade.

### **- Relação homossexual entre irmãos**

Para Forward e Buck (1989), na infância até mais ou menos os sete anos, o contato homossexual entre irmãos não implica necessariamente a existência de atração homossexual. À medida que as crianças crescem e se tornam conscientes da sexualidade, afirmam a sua escolha e a preferência sexual.

Estas as autoras apontam que o incesto homossexual entre irmãos pode ser um indicativo da preferência homossexual definida, porém, dificilmente leva a esta preferência. O mais comum é que a preferência homossexual leve ao incesto. No incesto heterossexual entre irmãos, quanto maior for a diferença de idade entre agressor e vítima, maior será a probabilidade de que o agressor recorra a violência física para se impor. E, geralmente, quanto maior for a força, maior será o trauma. As vítimas de incesto homossexual costumam sofrer depressões profundas, ódio por si mesmas, graves problemas, tanto homossexuais quanto heterossexuais, e confusão em torno de sua identidade sexual.

Vimos, assim, que o incesto entre irmãos pode apresentar várias formas de acordo com as combinações de gênero e idade dos envolvidos. Além disto, o incesto fraterno também caracteriza semelhanças com outros tipos de incesto, porque a dinâmica das relações de poder, é semelhante, diferenciando-se apenas o vínculo parental.

Cabe salientar, que para alguns autores (FORWARD; BUCK, 1989; FURNISS, 1993) especialistas da área, consideram que em alguns casos o incesto fraterno pode não ser uma experiência muito traumática, quando as crianças forem muito jovens e com idades muito próximas. Nestes casos, elas podem estar iniciando algumas brincadeiras sexuais que fazem parte do desenvolvimento da sexualidade.

Entretanto, se a diferença de idade for substancial, e a criança se sentir traída pelo irmão, esta sim, pode ser tornar uma vítima seriamente traumatizada, e cabe aos pais manter um ambiente sempre aberto e franco para quando houver este tipo de situação, os filhos saibam pedir ajuda, para não compactuar com o segredo do incesto (FORWARD; BUCK, 1989).

Diante do exposto, verificamos que o incesto fraterno interfere muito na dinâmica familiar. Mesmo que os irmãos sejam os principais protagonistas deste episódio, os pais

têm um papel fundamental nesta situação, pois eles são os zeladores da proteção de suas crianças e adolescentes.

No próximo item iremos decorrer sobre o papel da mãe e do pai frente a situação de incesto.

### **2.3.3 O papel dos pais frente ao incesto fraterno**

Segundo Amazarry e Koller (1998), em uma família na qual ocorre abuso, existem vários indicadores da ocorrência do mesmo em relação à dinâmica familiar. Para estas autoras, as relações familiares em que ocorre o incesto são caóticas, a divisão de fronteiras é nebulosa e há inversão de papéis. Furniss (1993), acrescenta que esses mesmos fatores dificultam a revelação do abuso e criam-se situações de confusão extrema para a criança.

No incesto fraterno, o pai e a mãe são figuras importantes que podem evitar e conter este tipo de violência que pode acontecer no ambiente familiar. Furniss (1993), afirma que o abuso sexual envolve as crianças como seres humanos estruturalmente dependentes. Embora sejam pessoas com seus próprios direitos, não podem exercê-los por si mesmas, precisando de proteção e cuidado dos pais.

Diante disto, Carvalho (1997) afirma

A tarefa socializadora da mãe deve preparar a prole para alcançar os objetivos esperados pelos cônjuges; em razão disso, não pode ser considerada como mera representante da vontade do pai, totalmente subordinada a sua autoridade e poder e, em nome do qual, exerce autoridade sobre os filhos é mediada, tanto por sua autoridade, quanto pela sua afetividade. A crença em um suposto instinto maternal, apoiado na religião e reforçado pelo saber científico, resulta numa clara divisão sexual, onde para a mãe é atribuída a função de cuidadora (CARVALHO, 1997, p. 84).



Segundo Furniss (1993), o abuso sexual também acontece em famílias nas quais a mãe tem um relacionamento muito próximo e protetor com a criança. Essas mães protetoras, geralmente, são as que descobrem e revelam o abuso, elas podem ser a “Pessoa de Confiança” para a criança. Mas, também, segundo o autor, as mães podem ter uma outra reação diante da revelação do abuso, elas podem não reconhecer a violência sexual, seja porque elas próprias também tenham sofrido abuso, ou não se permitem reconhecer por medo de um rompimento familiar ou de outros tipos de desastres. Para o autor, essas mães muitas vezes se sentem culpadas por não terem protegido seus filhos, e temem servir de bode expiatório e serem acusadas por profissionais, vizinhos e amigos, pela família ampla e pela própria criança que sofreu o abuso sexual.

Enquanto a mãe precede o papel de cuidadora e de pessoa de confiança, em relação ao papel do pai

Espera-se que o pai em seu papel de progenitor, trace as fronteiras adequadas, dele espera-se a guarda da honra, da integridade física e moral de seus filhos até a maturidade, zelando pela sobrevivência e pelo desenvolvimento bio-psíquico-moral de seus filhos, até que estes respondam por sua própria atividade sexual. Isso significa que mesmo que uma criança se comportasse de maneira abertamente sexual, seria sempre responsabilidade do pai estabelecer “limites” (FURNISS, 1993, p. 21).

Para Forward e Buck (1989), as reações típicas do pai ou da mãe quando descobrem o que seus filhos estão envolvidos em jogos sexuais são a raiva, a vergonha, as acusações e, às vezes, violência. Segundo as autoras, essas reações sempre inadequadas e geralmente são maléficas, não ajudam a resolver a situação, pois as recriminações podem criar culpas e inibições que as crianças poderão vir a carregar pelo resto de suas vidas.

Segundo Forward e Buck (1989), é fundamental que a criança tenha um espaço aberto na família com seus pais para que, se por um acaso algum irmão tentar aborda-la

sexualmente, ela tenha plena condições para expor esse problema para a família. Caso contrário, a criança não terá a quem pedir ajuda e o ciclo da violência estará formado. A violência será mantida em segredo, trazendo conseqüências sérias para a vítima, para o agressor e para a família como um todo.

Diante do exposto, iremos abordar no próximo capítulo a pesquisa realizada no Programa Sentinela/Projeto Acorde, que buscou conhecer e identificar algumas características das famílias em que foram identificados casos de incesto fraterno.

## CAPÍTULO 3 – IDENTIFICANDO A DINÂMICA DO INCESTO FRATERNAL

### 3.1 Metodologia da Pesquisa

A presente pesquisa foi realizada no Programa Sentinela de Florianópolis, mais precisamente no Projeto Acorde, no período de setembro a dezembro de 2004 durante o estágio curricular obrigatório de Serviço Social.

No acompanhamento das atividades do estágio curricular, através da participação em reuniões técnicas com a equipe multidisciplinar do Programa, leitura individual dos prontuários e de estudos de casos com a (o) Assistente Social e Psicóloga (o), identificamos que o agressor mais freqüente nos casos de abuso sexual era um membro da família, quer tivesse laços consanguíneos (pai, avô, irmão, tio, primo) quer os laços fossem por afinidade (padrasto, vôdrasto, cunhado, padrinho, filho do padrasto ou da madrasta). A partir destes dados, realizamos um levantamento prévio nos dias 03 e 08/09/2004 com as Assistentes Sociais do Projeto Acorde, 5 (cinco) profissionais na época, oportunidade em que foi investigado qual o grau de parentesco entre a vítima e o agressor nos casos de abuso sexual intrafamiliar. A partir deste levantamento prévio foi possível constatar que o irmão era o terceiro agressor mais freqüente<sup>17</sup> nos casos de abuso sexual intrafamiliar que estavam em atendimento no Projeto, num total de 7 (sete) casos<sup>18</sup>.

Este dado nos motivou a conhecer a dinâmica do incesto fraterno, e para isso, foi elaborado um projeto de pesquisa com os seguintes objetivo geral e específicos:

---

<sup>17</sup> O mais freqüente foi o padrasto seguido pelo pai, primeiro e segundo lugar consecutivamente.

<sup>18</sup> Dados do levantamento constam no apêndice.

## **Geral**

Apontar e problematizar a dinâmica do incesto fraterno a fim de dar visibilidade ao fenômeno, contribuindo para caracterizar o perfil da família incestogênica.

## **Específicos**

- a) Identificar as estratégias do agressor;
- b) Identificar os elementos de manutenção do segredo do abuso sexual;
- c) Apontar os fatores que favoreceram o desvelamento da violência;
- d) Identificar os elementos protetivos da família frente à violência;
- e) Elencar os circuitos nos serviços de proteção em que a família transitou.

Para alcançar os objetivos descritos acima, foram necessários os seguintes procedimentos:

- a) Revisão bibliográfica acerca da temática para apropriação de referenciais teóricos que abordassem a questão a ser explorada;
- b) Realização de uma pesquisa documental junto aos prontuários dos casos em atendimento e dos prontuários dos casos desligados no arquivo morto;
- c) Delimitação de uma amostra nos casos em atendimento, e realização de entrevista com uma vítima.

Diante destes procedimentos, vale ressaltar algumas considerações:

Em primeiro lugar, entendemos que a natureza da investigação realizada é qualitativa, caracterizando-se por ser uma pesquisa exploratória, pois segundo Gil:

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de um determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. [...] Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso (GIL, 1999, p.43).

Essa pesquisa buscou conhecer e problematizar o incesto entre irmãos a fim de dar visibilidade ao fenômeno. Através da revisão bibliográfica foi verificado que se trata de uma temática pouco explorada e discutida cientificamente, tornando-se, assim, uma questão de grande complexidade para os serviços de proteção que atendem essa demanda, e carecem de mais estudos desta temática para compreendê-la.

Em segundo lugar, privilegiamos a pesquisa documental nos prontuários dos casos em atendimento e os desligados, registrados pelos técnicos do Projeto Acorde (Assistente Social e Psicólogo), em que o objetivo foi realizar uma primeira leitura analítica para coletar dados acerca da dinâmica do fenômeno e posteriormente realizar uma entrevista com uma vítima.

Obtivemos a identificação de sete (7) casos de incesto fraterno em atendimento e seis (6) casos desligados pelo Projeto, totalizando assim, um universo de treze (13) prontuários em foi realizada a pesquisa documental.

Por fim, utilizamos uma entrevista a fim de detectar mais informações acerca da situação vivenciada pela vítima. Segundo ABRAMO (1979), a entrevista do ponto de vista sociológico, é uma interação em entre dois indivíduos (sujeito observador e informante), em que o primeiro tenta obter do segundo, por meio de estímulos verbais parciais, respostas verbais que, uma vez sistematizados, poderão reconstituir:

- a) um fenômeno observado pelo informante;
- b) um fenômeno do qual o informante participa ou participou.

Para a entrevista realizada, privilegiamos a forma semi-estruturada, porque essa forma processa a coleta de dados somente com algumas perguntas prontas (que podem ser abandonadas), somente para orientar a entrevista. Segundo Garret (apud SILVA, 1995), a entrevista semi-estruturada pode estimular a pessoa a falar sobre seus problemas, do que lhe impor uma direção indevida. O registro da entrevista foi feita através de gravador.

Delimitamos para entrevista, apenas as vítimas que estavam em atendimento no Projeto, rejeitando as vítimas que já foram desligadas, considerando que estas muitas vezes perdem o vínculo com a instituição.

Dentre as 7 (sete) vítimas que estavam em atendimento psicossocial no Projeto juntamente com sua família, realizamos a entrevista com a vítima que se apresentava mais acessível naquele momento, visto que as outras apresentavam questões que dificultavam o procedimento da entrevista, isto porque: uma está desaparecida, uma é portadora de deficiência mental, uma retratou o abuso sexual, um está na casa-lar e alguns de seus irmãos foram executados recentemente, uma é membro de uma família que não considerou o ato como violência e desta forma não adere aos atendimentos.

A partir disto, no próximo item, iremos relatar os casos em atendimento e os desligados em que foram identificados o incesto fraterno. Posteriormente faremos a descrição da entrevista. Importante ressaltar que, para preservar a identidade dos indivíduos envolvidos, os nomes verdadeiros serão trocados por nomes fictícios.

## 3.2 Breve relato dos casos e descrição da entrevista

### 3.2.1 Casos em atendimento

#### Caso 01

- ✓ **Nome da vítima:** Maria (idade não registrada nos prontuários)
- ✓ **Agressor:** José (23)      **parentesco:** irmão mais velho
- ✓ **Resumo da Situação:**

Maria faz a 1ª série há 5 anos, não sabe ler nem escrever. Nasceu em um município da região serrana de Santa Catarina. Seu agressor é seu irmão mais velho, José, de 23 anos, com quem teve 3 relações sexuais. José está morando atualmente em um município da região serrana Catarinense.

Maria tem deficiência mental leve. Seu primeiro agressor foi um vizinho freqüentador da mesma igreja que a vítima que dizia querer casar com ela, mas usava esta estratégia para cometer o abuso. Maria encontrava-se na exploração sexual e era aliciada por familiares. Está desaparecida em companhia do padrasto.

#### Caso 02

- ✓ **Nome das vítimas:** Carlos (6) e Fábio (8)
- ✓ **Agressor:** Marcos (18)      **parentesco:** irmão mais velho
- ✓ **Resumo da Situação:**

Fábio foi violentado pelo irmão mais velho, Marcos de 18 anos. A mãe ligou para a delegacia e registrou boletim de ocorrência onde foi expedida guia do Instituto Médico

Legal em que foi constatada a violência. Marcos foi preso. Roberto (ex-companheiro da mãe de Fábio e Carlos) acusava a mãe como responsável pela violência. Carlos é estigmatizado no bairro. As crianças também eram vítimas de negligência severa da mãe (estavam com bicho-do-pé e bicho geográfico).

As crianças Carlos e Fábio se encontram hoje no abrigo e seus irmãos mais velhos faleceram num ataque à casa da família.

### **Caso 03**

✓ **Nome das vítimas:** Débora (13), Sabrina (12) e Ricardo (10)

✓ **Agressor:** André (19)     **parentesco:** irmão mais velho

✓ **Resumo da situação:**

Em 04/02/99 o Programa SOS Criança recebeu denúncia de que Débora havia sido estuprada pelo irmão, André, de 14 anos. Débora e Sabrina são vítimas de atos libidinosos. A mãe registrou boletim de ocorrência.

Após atendimento, André que é irmão das meninas por parte de mãe, foi morar em outro município do estado catarinense com um parente. Segundo o pai, a mãe é negligente. O pai fazia uso de drogas (cocaína) no passado. As crianças fizeram exame de conjunção carnal no Instituto Médico Legal, com seguintes resultados: Débora apontou negativo e o de Sabrina diagnosticou gonorréia.

A mãe tem discurso protetivo, mas segundo os técnicos do Programa é negligente. A mãe se recusa a fornecer o endereço de André e não adere ao atendimento. Suspeita-se que o agressor de Sabrina possa ser outra pessoa da família com convivência da mãe. O caso é reincidente. O posto de saúde alertou que as meninas têm corrimento.



#### **Caso 04**

- ✓ **Nome da vítima:** Mariana (8)
- ✓ **Agressor:** suspeita-se do irmão mais velho (não foi registrado o nome)
- ✓ **Resumo da Situação:**

A vítima apresenta paralisia cerebral e não fala. Está na instituição para portadores de necessidades especiais desde 2000. Sofre de negligência (piolhos, roupas sujas, pouca higiene). De acordo com exames de Instituto Médico Legal, teve ruptura himenal não cicatrizada e vestígio de disvirginamento recente. Suspeita-se que o irmão de 11 anos seja o agressor.

#### **Caso 05**

- ✓ **Nome da vítima:** Patrícia – 13 anos (11 anos em 2001)
- ✓ **Agressor:** Luís (23)      **parentesco:** irmão mais velho
- ✓ **Resumo da situação:**

Patrícia sofreu violência sexual perpetrada pelo irmão Luís (23), que havia sido detido. A Sra. Maria, mãe da vítima, foi quem comunicou à polícia. Sra. Maria sofre de depressão e tem problemas mentais e já foi internada numa instituição psiquiátrica da Grande Florianópolis. O pai é alcoolista. Luís é usuário de drogas, rouba dinheiro da mãe para sustentar a dependência química e quebra tudo em casa.

Luís observa as irmãs no banheiro, e quando Patrícia está dormindo vai até sua cama deitar-se junto a ela e tenta passar a mão no seu corpo. A Sra. Maria não quer atendimento, pois diz que de nada vai adiantar. Patrícia começa a apresentar problemas de comportamento, fato confirmado pelos vizinhos.

A família já foi atendida em outros Programas da Prefeitura por negligência. Existe determinação judicial para que o Sr. Beto (pai da vítima) saia do lar, mas o mesmo não a cumpre.

Patrícia é vítima de violência psicológica, física e sexual. Luís permanece detido por atos libidinosos. Suspeita-se que o cunhado também tenha abusado sexualmente de Patrícia, mas a suspeita não foi confirmada.

### Caso 06

- ✓ **Nome da vítima:** Cristina (idade não registrada nos prontuários)
- ✓ **Agressor 1:** Mauro (idade não registrada nos prontuários)     **parentesco:** filho da madrasta
- ✓ **Agressor 2:** Bruno (idade não registrada nos prontuários)     **parentesco:** cunhado
- ✓ **Resumo da situação:**

Cristina foi abusada sexualmente pelo filho e pelo genro da madrasta. O pai e a madrasta não foram protetivos e negam os fatos. Cristina tem mais dois irmãos filhos do mesmo pai e da mesma mãe - Armando e Cíntia. Ambos também foram abusados pelos mesmos agressores. A mãe das crianças era alcoolista, gastava o dinheiro da pensão com bebida. Negligente, mantinha os filhos em cárcere privado para sair e se divertir em festas.

O que motivou a denúncia foi o desentendimento do casal, Clara (filha da madrasta) e Bruno. O pai das vítimas temia a reação dos agressores que eram violentos e faziam ameaças. Através do exame de conjunção carnal Instituto Médico Legal foi constatada violência sexual em Cristina. Cristina é resistente ao atendimento. Todos os envolvidos retrataram o episódio da violência.

**Caso 07**

- ✓ **Nome da vítima:** Gabriela (13)
- ✓ **Agressor:** Luciano (20) **parentesco:** irmão mais velho
- ✓ **Resumo da situação:**

O agressor costuma se masturbar e fazer gestos obscenos na frente de sua irmã e das demais crianças da rua. Luciano parecia apresentar “distúrbios neurológicos”. A mãe não deixa Gabriela sozinha com Luciano. Luciano tem problemas de dicção e defasagem escolar.

Alguns vizinhos dizem que o agressor já tentou abusar sexualmente de algumas crianças da rua. Gabriela é vítima de atos obscenos praticados pelo irmão.

A família não é receptiva. Assistente Social do Projeto SOS Criança comunicou que Luciano está preso em um hospital psiquiátrico por abusar sexualmente de um menino da comunidade.

**3.2.2 Casos desligados****Caso 01**

- **Nome da vítima:** Aline (8)
- **Agressor:** Mariano (17) **parentesco:** irmão mais velho
- **Resumo da situação:**

Aline sofreu violência sexual aos quatro anos perpetrada pelo irmão de 14 anos. Houve tentativa de atentado violento ao pudor. A família é natural de um estado do

nordeste brasileiro. O pai de Aline é alcoolista. Aline não estuda e fica aos cuidados de Mariano.

O Projeto SOS Criança recebeu denúncia da violência do hospital em que Aline foi atendida. Aline disse para a mãe que o irmão havia namorado ela. O ânus da criança estava machucado. A vizinha ouviu os gritos da criança, mas achou que ela havia caído. Mariano não soube explicar porque fez isto, disse que pediu para a irmã deitar-se, tirou as roupas dela, mas não introduziu o pênis. A mãe temia a reação do companheiro, pois só Aline é filha dele e este é o 4º relacionamento conjugal dela. Aline dorme com o casal.

O Projeto Acorde encaminhou Aline para fazer o exame de conjunção carnal do Instituto Médico Legal por tentativa de atos libidinosos. A mãe alegou que Mariano se arrependeu do que fez com a irmã e que eles têm forte vínculo. O adolescente confirmou isto.

A família não comparece com frequência aos atendimentos psicológicos, e só retorna quando são repassados benefícios (cesta básica). Sobre o episódio de violência, Mariano não a nega, diz apenas que não sabe porque a praticou e garante que não fará novamente, mas, não adere aos encaminhamentos. Após investigação pelo Projeto SOS Criança, a denúncia foi confirmada. Mariano e Aline estavam fora da escola e ficavam sozinhos durante o dia, período em que aconteceu o abuso. Segundo a família houve somente 1 episódio.

A família permaneceu em atendimento pelo Projeto Acorde pelo período de 1 ano e 8 meses. A família só comparecia na sede quando não tinha mais comida em casa. Não buscavam a cesta básica do Programa “Hora de Comer”, alegando que não tinham tempo, e o Sr. João (pai de Aline), Mariano e a Sra. Lurdes (mãe de Aline) estavam em casa sem trabalhar e mesmo assim, não vinham buscar o benefício.

➤ **Informações complementares da família:**

Permanência no Projeto Acorde: 1 ano e 8 meses

Programas em que a família transitou: Hora de Comer, SOS Criança, Acorde

**Caso 02**

➤ **Nome da vítima:** Juliana (17) e irmãos

➤ **Irmãos:** Diego (16), Sara (10), César (8), Suelem (13)

➤ **Agressor:** Junior (19) **parentesco:** irmão mais velho

➤ **Resumo da Situação:**

Junior tem lugar de destaque na família porque ajuda com as despesas do lar vendendo doces. As irmãs já foram abrigadas em Casa Lar (Suelem e Sara). Juliana foi retirada da casa lar porque segundo a direção do abrigo liderava as outras meninas para fuga.

Juliana e os irmãos têm história de situação de rua, exploração do trabalho infantil, violência física e negligência de saúde e educação.

Segundo os relatórios, os pais justificam as atitudes de Junior e rotulam Juliana como o “problema”. Junior se culpa pelo que fez com as irmãs, mas diz que Juliana tinha ciúmes dele com a mãe e que a fazia sofrer quando fugia de casa, e que por isso abusou dela, para dar uma lição e para que ela não fizesse mais isso com a mãe e não trazer mais preocupações.

Os pais não são protetivos para quebrar o ciclo da violência sexual. A mãe utiliza violência física com as crianças. A criança Suelem foi vítima de todas as formas de violência sexual e sofreu introdução de objetos, pelo irmão, quando tinha 6 anos.

Junior cumpre medida sócio-educativa no Programa Liberdade Assistida.

Segundo os técnicos do Programa, Juliana tem auto-estima baixa, dificuldades em se relacionar com as pessoas e não quer falar do passado (em relação ao abuso).

Junior e Juliana estiveram internados em instituição para recuperação de toxicômanos e alcoolista por um período de 8 meses. Junior foi desligado da instituição por machucar os animais, teve relação sexual com uma porca e machucou um cachorro enfiando um pau pelo ânus do animal. Além disto, também assediou 2 crianças internadas na instituição.

Junior e Juliana tentaram suicídio com gás de cozinha quando estavam na instituição para recuperação de toxicômanos.

Junior tentava atrair a irmã Juliana para abusá-la quando iam apanhar pitangas. Normalmente se esfrega e tenta passar a mão em seus peitos. “Noutro dia foi atraída pelo irmão para apanhar pitangas. Ele a agarrou embaixo do pé de pitangas e tentou tirar suas roupas, usando toda a sua força”(sic), justificando o fato por “gostar muito de pitangas”.

Relatou que à noite ele passa para a cama dela e para a de suas irmãs com intenção de estuprá-las, e mais de uma vez cortou a calça delas (na frente ou atrás) com uma tesoura, fazendo um furo para introduzir o pênis.

Junior mexeu com Sara (4 anos) e a mãe não manifestou nenhuma atitude protetiva.

Suelem foi a vítima preferencial do irmão. Diego diz que já presenciou 2 vezes o irmão transar com Suelem. Lembrou que quando moravam em Porto Alegre, Junior forçou Suelem a fazer sexo anal. O irmão revidou e este ameaçou fazer com ele, mandou que se calasse. Quando contrariado bate nele e nas irmãs.

Diego também relatou que em outra ocasião, quando estava na cama, viu Junior botando azeite no ânus e na vagina de Suelem para melhor introduzir o pênis, e depois introduzir o cabo do garfo em Suelem. Suelem confirmou balançando a cabeça às denúncias do irmão.

O Sr. Davi, o pai das crianças é usuário de maconha e cocaína, e está cumprindo pena em regime de liberdade condicional.

➤ **Informações complementares da família:**

Permanência no Projeto Acorde: 1 ano e 3 meses

Programas em que a família transitou: Conselho Tutelar, SOS, Casa de Passagem, Casa Lar, Abordagem de Rua, Acorde, CRETA.

**Caso 03**

➤ **Nome das vítimas:** Deise (6) e Denise (12)

➤ **Agressor:** Augusto (20) **parentesco:** irmão mais velho

➤ **Resumo da situação:**

O Projeto recebeu denúncia de que Deise foi vítima de violência sexual praticada pelo irmão Augusto. Deise afirmou que o irmão colocara o pênis em sua vagina e que depois saíra um líquido que ela identificou como sendo de cor branca. Os técnicos do projeto utilizaram técnica de bonecos para a abordagem com a vítima, e através deste Deise demonstrou como ocorreu a violação alegando que Augusto tapara-lhe a boca com um pano e mantivera com ela relações sexuais, sendo que ao terminar, antes que tivesse tempo de vestir-se o pai apareceu e gritou: “o que é isso?” Augusto vestiu-se rapidamente. Segundo Deise, situação parecida já havia se passado com a irmã Denise.

A mãe alegou que levou a criança até o hospital por esta sangrar na região genital e queixar-se de dor abdominal intensa. Suspeitou ser o marido o violador, mas não descartou a possibilidade do filho. Alegou que Otávio era um bom marido, porém, quando bebia tornava-se violento.

Isabel afirmou que o filho estava envolvido com drogas e acreditava que o filho guardava consigo um trauma de infância, pois aos 4 anos viu a morte de um tio e jurou vingança, fato este que não se concretizou pois Augusto esteve várias vezes próximo ao assassino sem sequer lhe dirigir a palavra.

O pai certa vez desconfiou de alguma situação suspeita, pois ele e a esposa saíam e deixavam as meninas algumas horas em companhia do irmão por mais ou menos 2 horas e que certa vez, ao retornarem encontraram Deise com outra roupa, e Augusto disse que “ela fez xixi na cama”. O pai alegou que Augusto não tinha o hábito de auxiliar nos cuidados com as crianças. Passaram a não deixar mais as meninas com ele. Denise também confirmou o que Deise afirmara, relatando que mais ou menos há 2 anos Augusto tentou passar-lhe a mão e que recuou diante da ameaça de Denise de que iria contar tudo para os pais. Tanto Denise quanto Deise, apesar do ocorrido, demonstraram forte vínculo com o irmão.

O diagnóstico do Instituto Médico Legal de Denise foi negativo, confirmando a versão da menina.

Augusto se apresentou com o pai no Juizado da Infância e Juventude e foi encaminhado para o PLIAT – Plantão Institucional de Atendimento ao Adolescente, 45 dias depois da determinação do Juizado. Augusto tentara suicídio no PLIAT com um prego, porém os pais ficaram sabendo que o adolescente cortara os pulsos com os cacos de vidros de uma lâmpada.

A mãe procurou o programa para informar que o filho suicidara-se por enforcamento nas dependências do CIP – Centro de Internação Provisória de São José. Segundo a mãe, há quatros dias o filho havia sido transferido para esta instituição e mudara drasticamente de comportamento, estava abatido, deprimido e amedrontado. Otavio estranhou porque antes do ocorrido esteve com a psicóloga e esta não disse nada. Otavio



alega que os relatos de como encontraram o corpo são controversos. Otavio fora informado que um monitor encontrou Augusto com um lençol enrolado no pescoço ainda agonizando.

Deise, apesar da agressão, mantinha forte vínculo com Augusto e mesclava sentimento de amor e ódio, Denise parecia indiferente.

Os pais conheciam as dificuldades do filho, mas não conseguiam compreender a dimensão do que ocorrera com suas filhas. Demonstraram forte vínculo com Augusto e interesse em resgatá-lo, principalmente Isabel. Revelaram compreender a necessidade de responsabilização e de internação, porém queriam apoio para reintegrá-lo à sociedade.

A família recebeu um seguro (indenização) pela morte de Augusto e comprou uma casa.

Como Augusto estava sofrendo represálias por ter violentado a irmã de três anos, três adolescentes internos do Centro de Internação Provisória - CIP, poderiam ter sido os causadores de sua morte que não ficou bem esclarecida.

➤ **Informações complementares da família:**

Permanência no Projeto Acorde: 1 ano e 10 meses

Outras instituições em que a família transitou: Conselho Tutelar, Juizado, SOS, São Lucas, PLIAT, Acorde, CEVIC.

**Caso 04**

➤ **Nome das Vítimas:** Bárbara (16) e Helena (13)

➤ **Agressor:** Ivan (idade não registrada nos prontuários) **parentesco:** filho da madrasta

➤ **Resumo da Situação:**

Bárbara morava com o pai e a madrasta e os filhos da mesma em uma cidade da região norte brasileira. Verbalizou que Ivan, filho da madrasta, a molestou sexualmente aos 8 anos e que no período da noite costumava entrar em seu quarto e passar a mão sobre seu corpo e que numa ocasião chegou a colocar o pênis em sua vagina. O pai e a madrasta não acreditaram. O filho da madrasta está em uma cidade da região norte do Brasil com paradeiro desconhecido.

Após a revelação, foi para a casa de uma tia que estava precisando de alguém para fazer os serviços domésticos. Ficou na casa por 3 anos e saiu, pois os filhos da tia a assediavam. Depois disto, foi morar com uma amiga e que devido a dificuldades financeiras, passou a “dormir com alguns homens”. Veio morar com a irmã Leticia em Florianópolis, mas o cunhado, alcoolizado, tentou agarrá-la. A irmã, com ciúmes, a mandou embora. Foi para uma cidade do interior de Santa Catarina trabalhar como empregada doméstica. Retornou para Florianópolis, onde o pai e a madrasta já estavam instalados, mas a madrasta não a aceitou. Passou a solicitar ajuda das colegas, pois, não tinha rumo certo, dormia num ou noutro lugar, com o intuito de que lhe auxiliassem com local para dormir e comer.

Helena (filha de Leticia) sofreu violência sexual do padrasto o Sr. Edson, e está morando com o avô materno que a criou. Em função disto, foi realizado BOLETIM DE OCORRÊNCIA(Boletim de Ocorrência) na Delegacia de Polícia por atos libidinosos envolvendo Bárbara e Helena e tendo como suspeito o Sr. Edson (companheiro de Leticia).

Bárbara foi para a Casa de Passagem, pois foi agredida pelo pai que a expulsou de casa. Hoje, Bárbara voltou a morar em uma cidade do nordeste brasileiro com a mãe a Sra. Selma.

➤ **Informações complementares da família:**

Permanência no Projeto Acorde: 1 mês

Outras instituições em que a família transitou: Conselho Tutelar, SOS Criança, Casa de Passagem, Programa Agente Jovem.

### **Caso 05**

- **Nome da vítima:** Amanda (20)
- **Agressor:** Carlos (32)   **parentesco:** irmão mais velho
- **Resumo da situação:**

Desde os 9 anos o agressor tenta abusar da irmã, perturbando-a e ameaçando-a. Em função disto foi realizado boletim de ocorrência. Entretanto, uma vizinha também já havia registrado boletim de ocorrência por atentado violento ao pudor relatando estes fatos.

O Projeto SOS Criança recebeu denúncia de atos libidinosos. Na ocasião a mãe confirmou ter visto o irmão tirar a roupa da filha.

Carlos deitava-se na cama de Amanda quando ela estava dormindo. Há 3 anos ele começou a passar a mão nela (seios, nádegas). Carlos é dependente químico. A mãe não tomou nenhuma providência.

Amanda se casou, não trabalha fora e o marido é entregador de lanches no período noturno.

Carlos continua violento, agrediu a mãe com uma barra de ferro.

Quanto a violência sexual a mãe diz que o filho estava sob efeito de drogas e que foi um fato isolado. O marido de Amanda é protetivo com ela, e o processo aberto no PRÓ-CEVIC – Programa de Atendimento de Vítimas de Crime, foi arquivado.

Amanda não quis atendimento psicológico e diz que não tem qualquer “problema emocional” e que o irmão não consumou o ato que pretendia.

➤ **Informações complementares da família:**

Permanência no Projeto Acorde: foi atendido 1 mês antes de a vítima completar 18 anos.

Outras instituições em que a família transitou: Conselho Tutelar, SOS, NAPS, Acorde, CEVIC.

**Caso 06**

➤ **Nome das vítimas:** Leoni (14), Adriana (18), e Fabiana (9).

➤ **Agressor:** Leoni (14)      **parentesco:** irmão mais novo

➤ **Resumo da situação:**

Leoni foi vítima de violência sexual na escola, sendo o agressor um adolescente. Sua irmã Adriana é deficiente mental.

O Projeto SOS Criança recebeu denúncia de negligência da mãe, e na oportunidade, Leoni (na época com 10 anos) foi acusado de abusar da irmã Adriana (na época com 14 anos). Leoni negou o ato de abuso sexual contra sua irmã, e Adriana também o negou, mas seu depoimento pareceu confuso para os técnicos.

A avó disse que acreditava na procedência da denúncia, pois já havia ouvido outras crianças comentarem que Adriana havia contado que Leoni havia tirado sua calcinha. Alegou também, que já havia flagrado outra criança persuadi-lo a penetrá-lo no ânus, e que na oportunidade percebeu que Leoni não mantinha o pênis ereto, ao contrário da outra criança. A avó relata também que já havia surpreendido o menino tentando abusar da irmã menor, Fabiana, e que desde muito cedo, Leoni apresenta um comportamento sexual inadequado para sua idade, pois ainda quando era pequeno costumava pegar as bonecas de sua irmã e simular relações sexuais com estas.

Segundo a avó, certa vez, Leoni voltou para casa todo sujo da escola, com fezes por todos os lados. Quando questionado sobre o que havia acontecido, afirmou que havia caído. Desconfiada, a avó resolveu examinar a criança e percebeu um vermelhidão pouco comum em seu ânus, e concluiu que este sofrera violência sexual na escola. Mais tarde, soube pelas crianças que se comentava na escola que dois meninos “havam pego” Leoni dentro do banheiro. Depois do ocorrido, Leoni mudou o comportamento tornando-se introspectivo e triste (10 anos).

O pai das crianças é usuário de drogas injetáveis. Chegava em casa bêbado e não se importava de fazer sexo na frente das crianças.

Foi verificado também que a casa estava em péssimas condições de higiene e os ratos haviam tomado conta da residência. O Programa acionou a vigilância sanitária para detetizar o terreno infectado por ratos e manteve o acompanhamento familiar.

➤ **Informações complementares da família:**

Permanência no Projeto Acorde: 1 ano e 5 meses

Outras instituições em que a família transitou: Conselho Tutelar, SOS, NAPS, Florir Floripa, APAE, POASF, Agente Jovem, CEC Parque da Figueira.

### 3.2.3 Descrição da entrevista

Neste item, iremos apresentar a entrevista realizada com a vítima do caso 05, que foi relatado previamente no item 3.2.2 em casos em atendimento<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Para compreender melhor a descrição desta entrevista, este caso foi relatado brevemente no item 3.2.2 no caso 05 dos em atendimento, em que a vítima é Patrícia (13 anos) e o agressor é seu irmão mais velho Luís (23).

Iniciamos a entrevista explicando para a entrevistada, que estávamos entrevistando vítimas de violência sexual em que o ofensor sexual foi o irmão, com o objetivo de realizar um trabalho científico requisitado pela disciplina Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Serviço Social para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, da UFSC. Salientamos que para publicar esta entrevista, os nomes seriam trocados, mantendo o sigilo de todos os envolvidos. Desta forma, a vítima entrevistada, autorizou a publicação desta entrevista neste trabalho científico. Neste momento pedimos para que ela escolhesse um nome fictício e a mesma preferiu o nome de uma flor, Rosa.

- Quantos anos você tinha quando sofreu a violência sexual?

R -Tinha 11 anos (que se lembra). Graças a Deus não chegou a ser violência. Pra mim, foi violência, mas, não foi completamente violência porque ele não chegou a me estuprar. Aí, só passou a mão. Mas, mesmo assim, passou a mão assim pra mim já é um aviso...

- Em que momento ocorria o abuso?

R - Quando estava dormindo, porque se fosse acordada ele não teria coragem. Eu estava dormindo ele ia lá e passava a mão em mim. Aí eu acordava... Eu o via e ele parava e saía rapidinho. Só que eu não sabia que ele passava, eu não acordava bem totalmente. Só que assim, depois a minha pior coisa é que os outros pensavam que eu deixava. A minha mãe queria prender ele, depois foi indo, indo, a minha mãe foi lá achou que era melhor prender ele, o denunciou, só que assim... Depois ela foi lá soltar ele. Eu também achava melhor prender ele, só que ele é meu irmão. Só que também... Se eu não prendesse ele as pessoas iam achar que eu gostei, ou alguma coisa assim eu acho.

- O que você sentia?

R- Medo, nojo e tristeza. Não sentia nem raiva, nem ódio, assim... Só que assim... Às vezes, quando eu brigo com ele... Às vezes quando eu brigava com ele lá em casa eu chamava ele de estuprador. Ele virava o olho assim com vontade de me avançar. De me pegar assim e me estrangular. A gente brigava... Por qualquer coisinha: “seu estuprador”. Eu botava as coisas assim pra ele ficar meio que calado, pra gente não brigar mais entendeu? Eu já botava uma coisa forte no meio assim pra gente não brigar mais mesmo, entendeu? Quando eu chamava ele de estuprador ele meio que ficava quieto... Daí ele ficava com vergonha de mim. Eu chamava ele de tudo, de vagabundo...

- Como acontecia o abuso?

R – Ele passava a mão em tudo, mas ele botava mais na vagina (botou o dedo) Eu nunca imaginei que isso fosse acontecer comigo. E até com um vizinho meu, só que assim, foi um vizinho meu, irmão da minha amiga. Aí um dia eu tava na irmã dele... na Margarida. O Tiago né, começou a passar a mão em mim. Eu tava dormindo e acordei com ele passando a mão em mim, entendeu? Aí eu fiquei com aquilo... Não tinha como falar alguma coisa. Dormir em outro lugar, não tinha como. Aí, se eu falasse... também a mãe dele ia pensar que tinha alguma coisa assim né... que eu tava fazendo mal pra ele, assim né... Ah, não deu pra mim fazer nada! Então o que eu fiz: não voltei mais pra casa dele. Não dormi mais na casa da Margarida, eu não falei mais com ele, estas coisas todas assim, entendeu? Foi bem assim.

- Para quem você revelou o abuso sofrido por Tiago?

R - Eu fiquei para mim. Eu falei só para irmã dele, a Margarida. Só que ela não levou muito a sério, ela pensou que era mentira minha porque sabe né...

- E no caso do teu irmão, quem foi a primeira pessoa a quem você revelou o abuso?

R - A primeira foi a minha mãe. Daí a minha mãe, assim, acreditou né. Daí assim, a minha mãe ia trabalhar de manhã... Quando a minha mãe trabalhava ela ia trabalhar 5 horas da manhã, daí quando ela ia acordar pra tomar banho, ele aproveitava ia lá e “coisava”... Aí uma vez mesmo eu tava dormindo no chão... Foi no beliche, no beliche de cima, eu não sei explicar direito, aí a minha mãe tava tomando banho, daí quando ela chegou do banheiro pra se trocar, ele tava com aquele... e viu... Logicamente ele foi lá e saiu.

Daí a minha mãe bem assim: “Que tava fazendo naquela cama?”, Daí ele quis explicar outra coisa. Aí ela pensou outra coisa já, porque ele não tava fazendo aquilo... Tava fazendo outra coisa né... Aí ela não levou muita coisa assim, né... foi indo, foi indo. Só que daí quando eu comecei a falar pra ela a verdade, ela já acreditou, “Ah, então por isso que eu vi ele lá”, ela começou a falar assim.

- Qual a frequência do abuso?

R-Quando ele tinha oportunidade ele fazia.

- Vocês dormiam no mesmo quarto?

R - Não, eu dormia no meu quarto. Depois fui dormir junto com a mãe e com o pai. O meu pai ficava bravo comigo porque ele pensava que era mentira. Só que depois que ele começou a acreditar um pouco. A minha mãe começou a acreditar em mim. A minha mãe acreditou em mim, o meu pai começou a acreditar um pouco. Aí foi assim, só que ele não gostou que eu prendi meu irmão.



- Quantos anos seu irmão tinha quando começou a “mexer” contigo?

R- 22 ou 23 anos. Porque faz as contas: ele tem 24 agora, 25 por aí...Eu tenho 14. Aí ele fez quando eu tinha 11, e ele 21 né. Só que aí... Sabe o que eu fiquei triste também? Que nenhum dos meus irmãos deu bola. Porque não sei... Porque meu marido fala assim “se eu conhecesse esse canalha eu matava ele, estrangulava ele...” (aí ele fala assim). Meus irmãos não deram muita bola.

- Quantos irmãos você tem?

R- O Francisco, Carlos, Viviane, Aparecida, Bianca, Luciana.

- Ele só abusou de você ou de outros irmãos também?

R - Com a Viviane, só com a Viviane, com a Luciana acho que ele não chegou a mexer. Só comigo e com a Viviane.

- Outros familiares ficaram sabendo do abuso?

R- Ficou todo mundo, até minhas tias lá de fora, que não eram muito próximas.

- Qual a reação da família frente ao abuso sexual?

R - Ah, que vergonha! Não fizeram nada, entendeu, só que eu que fiz, só eu e minha mãe, fomos lá e prendemos ele. Só que depois do dia da audiência que eu tive que mentir. É, eu falei que ele tava me acordando, me levando pra fora. O juiz me xingou um monte: “Eh! Mentirosa, uma gurria dessa mentir, merecia apanhar”. Falou um monte assim.Oh gurria, eu chorava porque pensava que ele podia fazer algo pior pra mim, e a minha mãe também chorava, entendeu? Porque assim... Era filho dela, tava fazendo mal pra filha dela, um negócio assim monstruoso... Coisa assim não devia fazer que é coisa de animal, né.

- Quem pediu para você mentir no dia da audiência?

R - A minha mãe, minhas irmãs. É porque ela falava assim: “Ele vai mudar Rosa!, Confia que ele vai mudar!” Mas depois ele continuou porque depois que ele saiu [...] ele continuou. E depois ele continuou pior. Porque daí ele foi lá e me espiava no banheiro. Ai foi pior. Ai guria, quando eu via ele no banheiro, meu Deus, parecia que era um tapa. Ele pensou que não ia mais acontecer nada com ele. Daí tá, daí tu não vai, eu vou te prender de novo. E agora vai ser pior, vai ser pior porque agora eu vou te botar como estuprador. Porque ele não tá como estuprador, sabia? Ele tava como se tivesse roubado alguma coisa assim [...] não tava assim como estuprador, porque é difícil não apanhar.

- Quando ele saiu da cadeia, neste segundo momento, ele tentou fazer algo mais grave com você?

R - Então... Quando ele me espiava no banheiro. É só isso, graças a Deus. Ele não chegou a ... tipo assim... não chegou a botar nada em mim não, acho... Eu não me lembro se ele botou alguma coisa em mim. Acho que ele não chegou a botar.

- Ele te ameaçava ou te ameaçou alguma vez para você não revelar o abuso?

R- Não, ele só olhava pra mim assim. Ele nem olhava... Ele falava comigo normal, só que não olhava pra minha cara, porque acho que sentia vergonha, mas, eu olhava para cara dele também com vergonha. Eu também sentia vergonha dele porque não tinha coragem de olhar para cara dele assim, né. Ai, de manhã, na hora de tomar café, eu não gostava de ficar assim muito perto dele, de falar com ele, de olhar para ele, eu evitava muito.

- Em relação a tua irmã (Viviane) a violência ocorreu antes ou depois de você? Com ela, ele ameaçava?

R - Antes de mim. Com ela, ele queria matar. Ele já tinha vontade de matar, tudo... Era mais agressivo. Agora, comigo era mais safadeza. Eu também não sei mais, só que assim, eu parei mais de usar short muito assim... Depois... Assim, que aconteceu essas coisas... Porque pensando... Que ele ficava comigo assim por causa do short que eu usava. Porque eu usava muito short, saia, calça apertada...

- Quando ele parou de “mexer” com você?

R-Quando ele sentiu muita vontade de me matar, quando ele sentiu vontade de me matar. Ele saiu da cadeia, na quinta-feira, eu acho... Daí, ele ia para o presídio, daí minha mãe ficou com pena. Aí, assim, quando ele saiu, ele falou que ele ia se internar, parar com as drogas e também parar com essas coisas todas, se internava, né. Daí minha mãe falou com pastor, tudo isso que aconteceu. Então, fiquei na casa de uma amiga para evitar que ele me visse, que ele sentisse vontade de alguma coisa, de me matar, porque a minha sabia... Ele falou, que assim que sair da cadeia ia me matar. Ele foi internado... Depois de alguns dias de internado, bem poucos dias, a minha mãe ia me visitar na casa da minha amiga. Daí um dia à noite, de madrugada, ele fugiu do lugar. Ele fugiu de madrugada, mas pra mim alguém ajudou ele, pra mim foi a minha irmã com meu padrinho Armando.

- Por que você acha que sua irmã o ajudou a fugir?

R- Porque ela tava com pena dele, porque ele tava sofrendo muito. A Aparecida, minha irmã mais velha, foi lá e ajudou ele a fugir. Ela pensou que não ia acontecer nada, que ele não ia me matar, que era tudo mentira dele. Meu padrinho disse assim que foi lá e pegou ele. Ele chegou de madrugada. “Cadê a Rosa? Eu vou matar ela, eu vou matar todo

“mundo!” Sabe o que aconteceu? A minha mãe quase morreu. Ela teve um ataque, aí ela ficou toda branca assim. A minha irmã tava com ela nesse dia e o meu pai. Aí eles ajudaram minha mãe, foram lá, deram água para ela e tudo né... Aí foram lá e dormiram. Só que ele tentou quebrar a minha casa, tava maluco. Depois no outro dia que aconteceu isso, a minha mãe me avisou tudo. Aí, no outro dia, eu vim para casa. Aí começou as brigas, as coisas tudo...

- A sua mãe foi te avisar que ele voltou para casa e você resolveu voltar para lá também, porque?

R - Eu tava com pena da minha mãe. Não sei, eu não me lembro muito bem. Eu fui porque eu tava na casa de minha amiga e a mãe dela tava meio assim, não queria deixar, eu acho que ela tava com medo do meu irmão... de ir lá. Acho que ela tava com medo disso.

- Onde você estava morando?

R - Fiquei duas ou três semanas ou até mais na casa da minha amiga, aí depois eu voltei para casa. Aí no dia em que eu fui ver ele, no dia em que foi para ele ser preso, ele olhou para mim... Ele tava com algema e tudo na mão. Daí ele olhou pra mim: “Oh mana! Tu não vai deixar eu ser preso!” Eu fiquei com água no olho, fiquei com pena dele. Aí eu fiquei imaginando aquilo assim ... Ai... Meu Deus, toda noite eu não conseguia dormir também. Meu pai também falava que eu era culpada e brigava comigo. Meu pai falava que eu era culpada.

- Você se considera culpada pelo ocorrido?

R - Tive, tive uma culpa comigo assim, eu usava short curto. Mas eu fiquei com isso na cabeça mesmo. Daí... uí gurria... Não sei se é trauma, ou se é verdade, mas assim, oh...

Quando o Carlos, meu irmão que chegou do Rio de Janeiro, o irmão mais velho... Eu dormia no chão, e pensava assim... Eu não acreditava, ele era da igreja e também meu irmão... Nunca imaginei que ia passar a mão em mim. Imagina o mais velho... Aí, eu um dia tava dormindo... senti uma coisa passar a mão na minha bunda. Aí, meu irmão, o Carlos... eu pensei assim... não... Se era trauma, que eu tava com isso na cabeça.

- Isso aconteceu uma ou mais vezes?

R- Aconteceu mais vezes. Aí eu acordei. Meu Deus, não acredito que meu irmão tá fazendo isto comigo. Meu outro irmão passou a mão em mim!

- Isso aconteceu antes ou depois do episódio com Luís?

R- Na verdade isto... depois que aconteceu com Luís.

- Ele não mora mais com vocês?

R- Agora o Carlos, mora em outro lugar. Agora ele parou. Só que mesmo assim, até quando eu vou na casa da minha irmã eu peguei o meu padrinho mexendo comigo também. Por isso eu parei de ir para lá também.

- Isso aconteceu agora? Ou há quanto tempo?

R - Há 2 meses atrás. Porque ele diz que eu sou bonita que eu tenho um corpão, um monte de coisa. Fala que eu sou a única que deu bonita da minha família, que as outras são tudo gordinha que eu sou a única assim né... Ele fala assim... Que meus namorados são chatos... Falava que eu não devia namorar com os meus namorados, falava um monte de coisa. O Artur, era a pessoa que mais me respeitava, apesar que ele era mais velho, [...] eu achava que ele mais me respeitava.

- E qual o parentesco dele com você?

R - Ele é marido da minha irmã.

- Você chegou a falar alguma coisa para sua irmã?

R - Um dia... Aí minha irmã saiu... Daí ele começou a me olhar, só que eu não tentei fugir, não tentei sair, não tentei fazer nada. Vou ficar aqui fazendo as minhas coisas. Daí ele pegou, começou a trancar as coisas, aí eu comecei a perceber alguma coisa, foi lá e ligou o som bem alto, só que eu comecei a perceber alguma coisa. Aí ele começou a aumentar o som, aí ele pegou assim, me jogou na cama assim, porque ele é forte cara, ele ia e estupra e eu não ia fazer nada, porque eu perto dele não tenho nada de forte. Aí ele me jogou na cama com bastante força, e me segurou assim e tentou me beijar e fazer essas coisas assim. Só que daí não tirou a roupa não chegou a fazer nada. Aí ele bem assim, “Ah Rosa brincadeira!”. Foi ano passado eu acho, ou no outro ano... Ainda tinha uns 12 ou 13 anos.

- Foi a primeira vez que ele fez isso?

R- É. foi a primeira vez que ele passou a mão em mim.

- Chegou a falar para alguém sobre isso?

R- Pra minha irmã. Ela disse que eu era fofoqueira, que era mentira, não acreditou em mim, a minha mãe acreditou. A minha mãe ficou até brava com ela.

- Qual o teu sentimento hoje a respeito do Luís?

R - Se eu dormir num lugar com ele, tenho mais nojo, do que ele fazer a mesma coisa comigo.

- O Luís ainda mora com seus pais?

R- Tá casado com a Graziela, tá morando com ela em outra casa. Só que assim, quando eu morava lá com a minha mãe... Quando eu não morava aqui, ele ia lá, ele come lá. Eu tenho muita raiva dela... Porque assim: ele toma banho lá, ele faz tudo lá, ainda pra mim isso dá raiva, tenho nojo nisso, sabe? Tenho uma agonia nisso. “Ei seu malandro tu não vai trabalhar, não? Vai fazer alguma coisa na vida!” Dá vontade de falar isso pra ele. Guria, ele come toda hora, ele come aqui, toda hora ele tá comendo, 5 minutinho, 4 minutinho ele tá comendo de novo, não dá nem 5 minutinho, 4 minutinho ele tá comendo de novo, aí pra mim dá uma agonia, dava um vontade... ui que mau...

- Como era a relação de vocês antes do abuso?

R - Era briga também. Já tinha briga, mas nem tanto, eu até chamava ele de [apelido], eu até abraçava ele assim como irmão, inclusive nunca sentia aquela malícia. Acho que nem tinha, porque também eu era novinha. Ele também me chamava de [apelido] e tudo. Até hoje me chama de [apelido], só que assim né...

- Como está sendo para você os atendimentos do Programa Sentinela/ProjetoAcorde?

R- Pra mim, assim, é normal, foi bom. Só que assim, elas me avisaram, assim, da análise. Foi bom, que elas eram como se fossem minhas amigas. A primeira vez que eu vi a Assistente Social eu gostei dela como se fosse irmã... Quando conversou comigo. Como pessoa... Assim bem legal, e assim normal. Só que pra mim não mudou, entende? Aconteciam as brigas, as mesmas coisas... Não mudou nada.

Esta entrevista foi realizada com o objetivo de apresentar mais detalhes sobre a dinâmica do incesto entre irmãos, sob a ótica da vítima, mostrando como ela vivenciou (ou ainda vivencia) o fenômeno relatado.

No próximo item, apresentaremos algumas considerações a respeito dos dados obtidos na pesquisa documental realizada nos prontuários psicossociais do Projeto Acorde.

### **3.3 Interpretação dos dados obtidos**

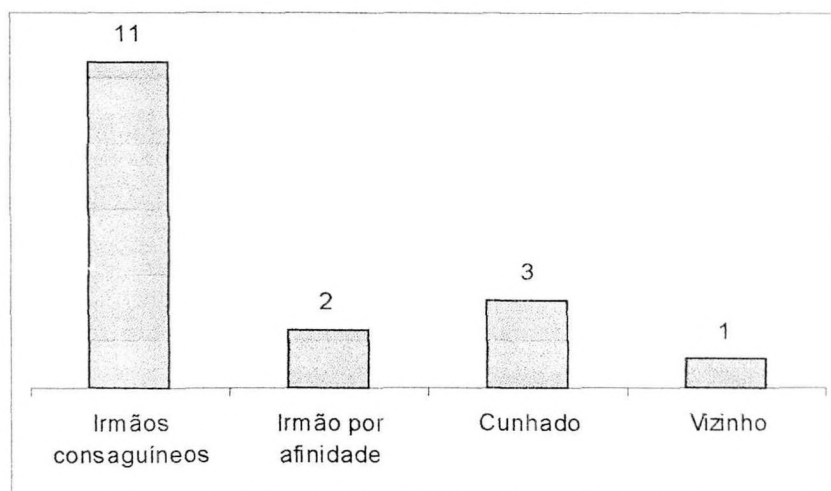
Neste item, iremos apresentar os dados da análise quali-quantitativa da investigação exploratória realizada nos 13 (treze) prontuários do Projeto Acorde. Para compreender os dados, elegemos algumas categorias de análise para expor as informações coletadas, e utilizamos os recursos gráficos para a visualização do conteúdo.

Antes de iniciar a análise, é importante ressaltar, que houve alguns elementos que dificultaram a coleta de dados. Um dos grandes dificultadores dessa investigação foi a falta de informações em alguns prontuários, pois estes não apresentavam dados importantes como a idade do agressor e a da vítima, a procedência da família, ou havia relatórios com páginas incompletas, o que dificultava a leitura e a compreensão do atendimento realizado pelos técnicos.

Como os relatos dos casos foram descritos no item 3.2, cabe agora fazer algumas considerações a respeito das informações obtidas.

Nesta pesquisa, detectamos que todos os agressores eram do sexo masculino (100%), o que revela que a relação de gênero está interligada com o abuso sexual, havendo ainda primazia do poder masculino em relação aos indivíduos mais vulneráveis como as crianças.



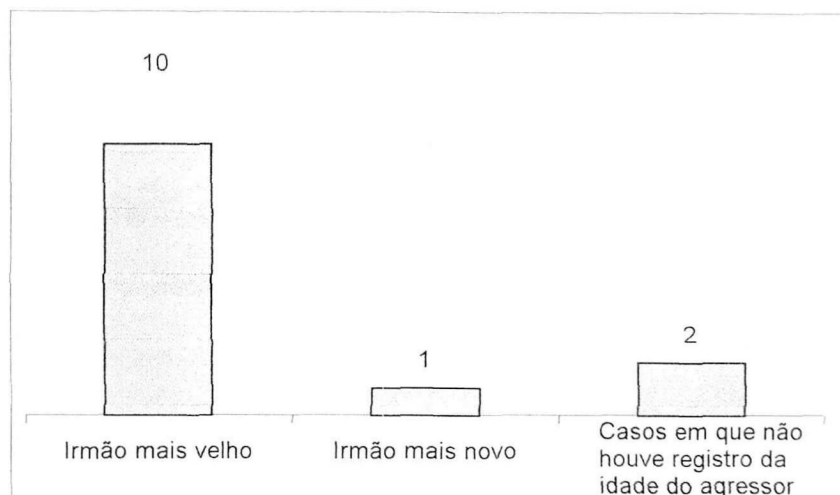


**Figura 1 - O grau de parentesco entre vítima e agressor**

Fonte: Pesquisa realizada de setembro a dezembro de 2004 nos prontuários dos casos em atendimento e desligados do Projeto Acorde.

No que se refere ao o grau de parentesco entre vítima e agressor, verificamos na figura 1 que prevaleceu como ofensor sexual, o irmão de laços consanguíneos com a incidência de 11 casos (84,6%), enquanto 2 casos foram de irmãos por afinidade (15,4%), sendo estes filhos da madrasta. Segundo Dias e Rech (2003), estes dados superam o mito de que “se o abusador da família, é um parente distante”. Além disto, vale ressaltar, que em 4 casos houve outros episódios de violência sexual envolvendo a mesma vítima com outros agressores, sendo estes em 3 casos perpetrados pelo o cunhado, e, 1 caso pelo vizinho, revelando que a vítima foi revitimizada sexualmente.

Segundo Amazarry e Koller (1998), um aspecto importante deve ser levado em conta no abuso entre irmãos: a diferença de idade. Quando um abusador é significativamente mais velho do que a vítima, supõe-se que o primeiro esteja numa posição de autoridade parental, enquanto o segundo encontra-se numa situação de imaturidade e dependência.



**Figura 2 – O agressor mais freqüente**

Fonte: Pesquisa realizada de setembro a dezembro de 2004 nos prontuários dos casos em atendimento e desligados do Projeto Acorde.

Na figura 2, verificamos que o irmão mais velho foi o agressor mais freqüente com a incidência de 10 casos (76,9%), enquanto em 1 caso o agressor foi o irmão mais novo (7,7%) sendo a vítima deficiente mental. Em dois casos não houve registro da idade do agressor (15,4%). Além disto, verificamos também que a diferença de idade entre os irmãos abusados e abusadores variou, em média, em 10 anos, conforme a tabela 1 e 2 abaixo.

**Tabela 1: Casos em atendimento**

| Nº do Caso | Idade da(s) Vítima(s) | Idade do Agressor |
|------------|-----------------------|-------------------|
| 01         | Não informado         | 23                |
| 02         | 6<br>8                | 18                |
| 03         | 11<br>13              | 19                |
| 04         | 8                     | 11                |
| 05         | 13                    | 23                |
| 06         | Não informado         | Não informado     |
| 07         | 13                    | 20                |

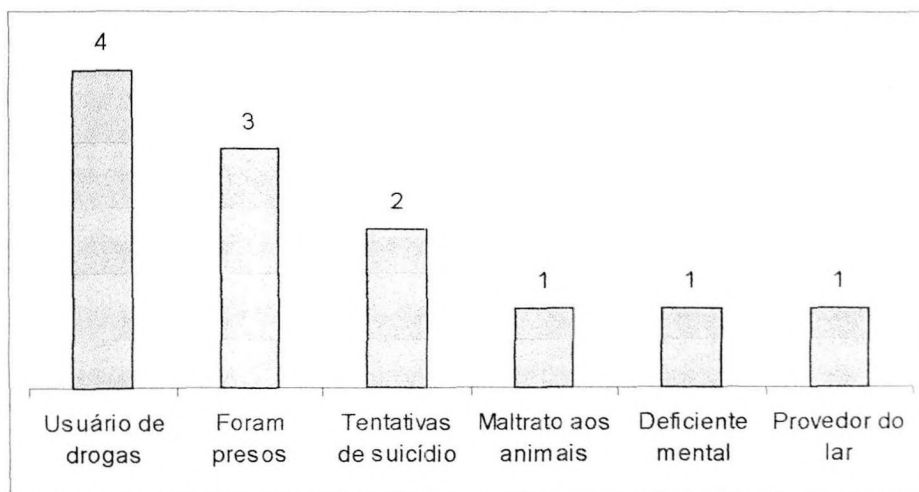
Fonte: Pesquisa realizada de setembro a dezembro de 2004 nos prontuários dos casos em atendimento e desligados do Projeto Acorde.

**Tabela 2: Casos desligados**

| Nº do Caso | Idade da(s) Vítima(s) | Idade do Agressor |
|------------|-----------------------|-------------------|
| 01         | 7                     | 17                |
| 02         | 9<br>13<br>17         | 19                |
| 03         | 6<br>12               | 20                |
| 04         | 16                    | Não informado     |
| 05         | 20                    | 32                |
| 06         | 9<br>18               | 14                |

Fonte: Pesquisa realizada de setembro a dezembro de 2004 nos prontuários dos casos em atendimento e desligados do Projeto Acorde.

Forward e Buck (1989), acrescentam que quanto maior for a diferença de idade entre os irmãos, mais fortalecido será o papel do irmão mais velho como figura de autoridade, e portanto, maior a traição da confiança. As autoras ainda afirmam que quanto maior for a diferença de idade entre os irmãos, mais o incesto tende a ser violento e, conseqüentemente, mais destrutivo será o trauma, o que revela a complexidade e a devastação que este tipo de incesto pode provocar nas vítimas.



**Figura 3 – Características dos agressores**

Fonte: Pesquisa realizada de setembro a dezembro de 2004 nos prontuários dos casos em atendimento e desligados do Projeto Acorde.

A figura 3 apresenta outros dados relevantes sobre o agressor. Dentre os 13 casos, 4 agressores eram usuários de drogas (30,8%), revelando que a família já apresentava situações de vulnerabilidade e fragilidade.

Identificamos também que 3 agressores foram presos (23,1%), sendo que somente 1 (7,7%) permanece cumprindo pena no hospital de custódia, pois é deficiente mental. Entretanto, é importante ressaltar que o motivo de sua pena não se reporta a violência contra a irmã, mas sim por abusar de outro menino da comunidade, pois, o episódio de violência contra a irmã foi descaracterizado pela família como violência sexual.

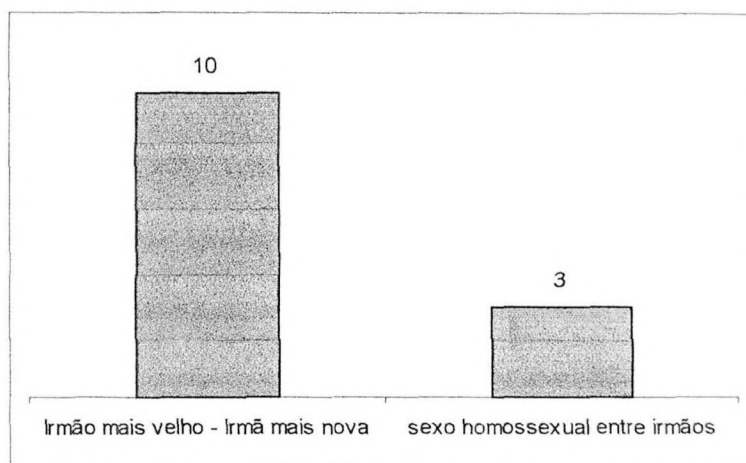
Ainda sobre a figura 3, verificamos que 2 agressores tentaram suicídio (15,4%). Entretanto, os motivos não foram relatados nos prontuários, mas este fato nos remete a importância do tratamento terapêutico do agressor.

Verificamos que 1 agressor manifestou atos agressivos com animais (7,7%). Segundo a Humane Society of the United States (HSUS)<sup>20</sup>, similar aos casos de violência doméstica, os que abusam de crianças freqüentemente o fazem com animais para exercitar seu poder de controle sobre a criança. Um estudo realizado em 1983 referente ao New Jersey Division of Youth and Family Services for Child Abuse descobriu que 88% das famílias que têm animais de estimação com histórico de abuso físico, pelo menos uma pessoa cometeu crueldade contra animais. A pesquisa aponta que as próprias crianças se transformam em agressores, muitas vezes repetindo a violência que viram ou experimentaram, usando o animal como a vítima.

Também foi detectado que 1 agressor era o provedor do lar (7,7%), tendo, portanto, lugar de destaque na família porque ajudava nas despesas, e os pais ainda justificavam os atos violentos do filho contra as irmãs porque ele era o mais velho e elas tinham ciúmes dele.

---

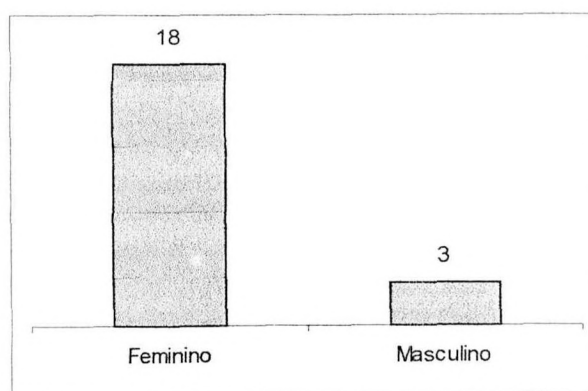
<sup>20</sup> A Humane Society of the United States (HSUS) é a primeira organização a conduzir um estudo nacional examinando a predominância de violência humana em situações que envolvem crueldade contra animais. O estudo da HSUS, conduzido de Janeiro a Dezembro de 2000, aponta números de pessoas que maltrataram animais, tipos de animais maltratados e incidentes de violência em família nos casos mais comuns de crueldade contra animais, nos Estados Unidos. O texto com esta pesquisa está disponível no site: <http://www.apasfa.org/futuro/conexao.shtml>. Acessado em: 11 abr 2005.



**Figura 4 – Combinações das formas de incesto fraterno**

Fonte: Pesquisa realizada de setembro a dezembro de 2004 nos prontuários dos casos em atendimento e desligados do Projeto Acorde.

Para compreender a dinâmica do incesto entre irmãos é necessário conhecer as várias combinações possíveis das idades e sexo dos envolvidos e a implicação desta combinação que culminaram na violência<sup>21</sup>. Os casos investigados apontaram o predomínio da combinação irmão mais velho e irmã mais nova com a incidência de 10 situações (76,9%) e a combinação de sexo homossexual entre irmãos de idades diferentes com a incidência de 3 situações (23,1%). A figura 4 anterior visualiza estas informações.

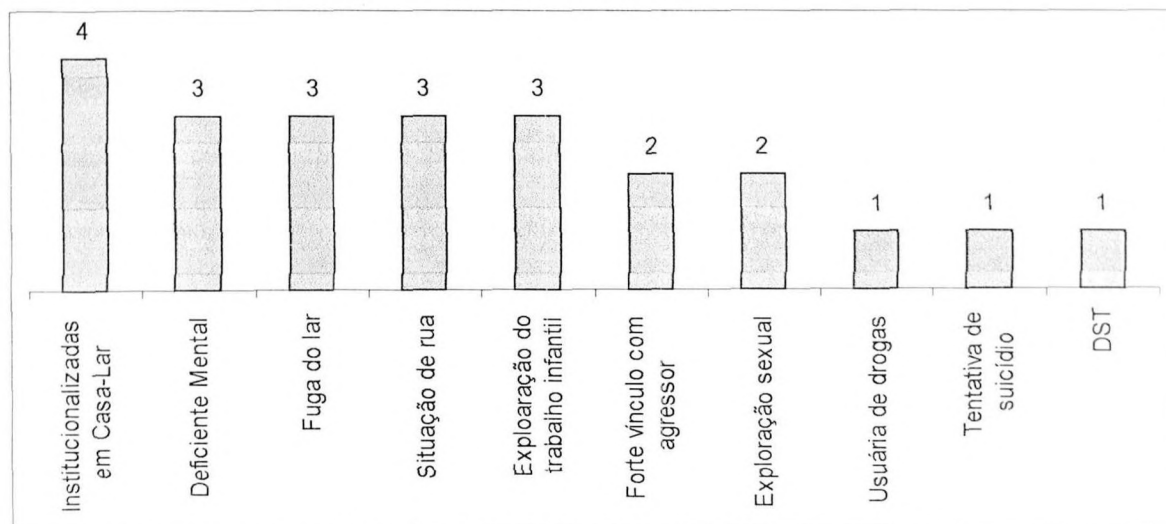


**Figura 5 – Público alvo dos agressores**

Fonte: Pesquisa realizada de setembro a dezembro de 2004 nos prontuários dos casos em atendimento e desligados do Projeto Acorde.

<sup>21</sup> O item 2.5.2 discorre sobre as características das possíveis combinações no incesto entre irmãos.

Em relação às vítimas, dentre os 13 casos pesquisados, houve 21 vítimas entre elas 18 do sexo feminino (85,7%) e 3 do sexo masculino (14,3%). Reafirmando, conforme Cohen (1993), Azevedo e Guerra (1993) sobre violência sexual, a prevalência do sexo feminino como vítima preferencial, conforme revela a figura 5 acima.



**Figura 6 – Características da vítima e conseqüências do abuso**

Fonte: Pesquisa realizada de setembro a dezembro de 2004 nos prontuários dos casos em atendimento e desligados do Projeto Acorde.

Conforme a figura acima, verificamos durante a pesquisa nos prontuários, que algumas medidas de proteção foram aplicadas a 4 vítimas, que, por solicitação dos técnicos dos serviços de proteção foram institucionalizadas em casas-lares em função da violência sofrida. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 98 “as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: I- por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III- em razão de sua conduta”. Além disto, verificada qualquer das hipóteses no art. 98, o Art. 101, prevê que a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, a medida de abrigo em entidade como medida provisória e excepcional.

Foi identificado também que 3 vítimas são deficientes mentais (14,3%), o que as tornam mais vulneráveis ainda, pois se para uma vítima que se apresenta sem nenhuma necessidade especial já é muito difícil a quebra do ciclo da violência, para uma deficiente mental a dificuldade é ainda maior, visto que as limitações físicas e psíquicas contribuem para o predomínio da dominação do agressor e, às vezes, podem até silenciar e ocultar a violência devido o grau de limitação da vítima, como a dificuldade da fala por exemplo.

Nos casos pesquisados encontramos 1 vítima adolescente com o seguinte histórico: tentou suicídio, era usuária de drogas, com passagens de fuga do lar, situação de rua e exploração do trabalho infantil (estas três últimas situações também foram vivenciadas por outras duas irmãs que também foram vítimas). Segundo Forward e Buck (1989), uma adolescente vítima tem quatro opções: pode se adaptar ao abuso sexual; pode fugir por meio das drogas, do álcool ou de um colapso psicológico; pode informar as autoridades e, talvez assumir a responsabilidade pelo encarceramento de seu pai e o empobrecimento de sua família (isso no caso de acreditarem nela); ou então pode fugir de casa.

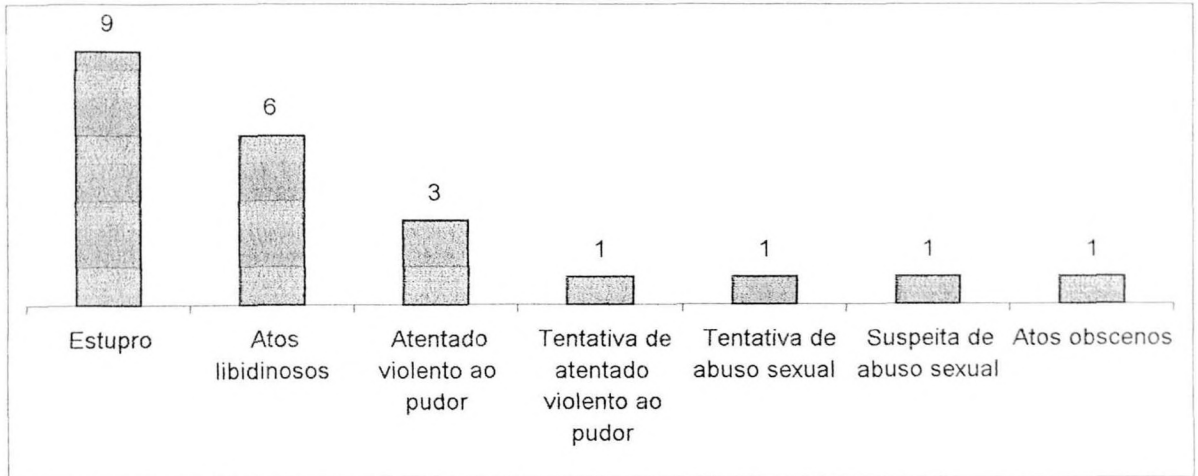
Segundo o relato do caso 03 dos casos desligados, o técnico relata que a vítima mesclava um sentimento de amor e ódio em relação ao irmão abusador. Faleiros (2000), baseado em Perrone e Nannini (1998) e Furniss (1993), identifica nos abusos sexuais repetitivos uma dinâmica que gera um “enfeitiçamento” que mantém a pessoa vitimizada como que “seqüestrada” e envolvida numa armadilha da qual não pode e nem sabe como se livrar. Segundo esses autores, esse processo de aprisionamento é construído através de uma trama emocional contraditória de amor/ódio, sedução/ameaça, o que faz com que a vítima aterrorizada, permaneça imobilizada e por vezes como que “anestesiada”. O que não quer dizer que a vítima não tem sentimentos de carinho e amor por seu agressor. Segundo os



relatos dos casos descritos no item 2.5.2, conforme a figura 6, 2 vítimas apresentaram um forte vínculo afetivo com seu agressor (9,5%).

Constatamos que 2 das vítimas pesquisadas envolveram-se na exploração sexual (9,5%). Este fato vem ao encontro dos dados da CPI da Câmara Federal realizada em 1996, em que foi levantado que 80% das jovens envolvidas na exploração sexual no Brasil foram iniciadas sexualmente dentro dos próprios lares, ou seja, abusadas por pessoas em quem confiavam.

Por fim, em relação a figura 6, identificamos também uma vítima com DST – Doença Sexualmente Transmissível (gonorréia), apresentando desta forma uma consequência física do abuso que compromete a sua saúde.



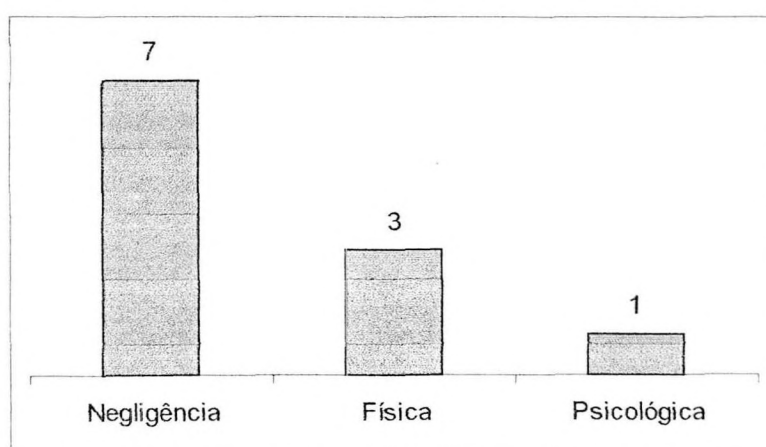
**Figura 7 – Modalidade de violência sexual**

Fonte: Pesquisa realizada de setembro a dezembro de 2004 nos prontuários dos casos em atendimento e desligados do Projeto Acorde.

Em relação às modalidades de abuso sexual, segundo a pesquisa nos prontuários, evidenciaram-se as seguintes formas: 09 estupros (40,9%), 06 atos libidinosos (27,3%), 03 atentados violentos ao pudor (13,6%), 01 tentativa de atentado violento ao pudor (4,5%),

01 tentativa de abuso sexual (4,5%), 01 suspeita de abuso sexual (4,5%) e 01 ato obsceno (4,5%). A figura nº 7 visualiza estas informações.

Diante dos dados revelados na figura 7, verificamos uma grande incidência de violências com conjunção carnal, o que pode trazer sérias conseqüências para a vítima, como lesões corporais, dores pelo corpo, gravidez indesejada, a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, além das conseqüências psicológicas.

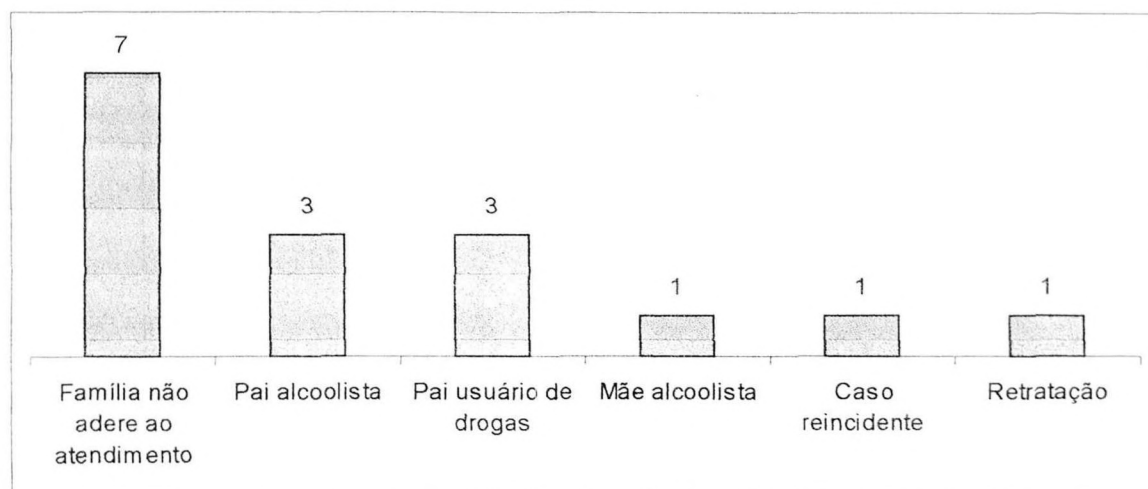


**Figura 8 – A incidência de outras violências perpetradas pelos pais**

Fonte: Pesquisa realizada de setembro a dezembro de 2004 nos prontuários dos casos em atendimento e desligados do Projeto Acorde.

Além da vitimização sexual perpetrada pelo irmão, foram identificadas outras formas de violências contra as vítimas, sendo estas, neste caso, perpetradas pelos pais conforme a figura 8, em que foi verificado 7 casos de negligência perpetradas pelas mães (63,6%), 03 casos de violência física perpetradas pela mãe (27,3%) e 01 caso de violência psicológica (9%). Neste caso, percebemos que a vítima foi duplamente vitimizada, pelo violentador e pelos membros da família. Apesar de somente 01 prontuário registrar que a vítima sofreu violência psicológica, baseado na experiência de estágio curricular e extracurricular de 2 anos, acredito que todas as vítimas de uma certa forma sofreram violência psicológica, seja pelo medo que as pessoas não acreditassem nela; de que seu

agressor fosse preso; que a família fosse destruída, pelas ameaças e chantagem do agressor para manutenção do segredo, pela retratação muitas vezes forçada pela família. Estes fatos podem causar um grande transtorno psicológico para a vítima que se não receber ajuda pode silenciar a violência por muito tempo, levando consigo um doloroso sofrimento psicológico e o sentimento de culpa.

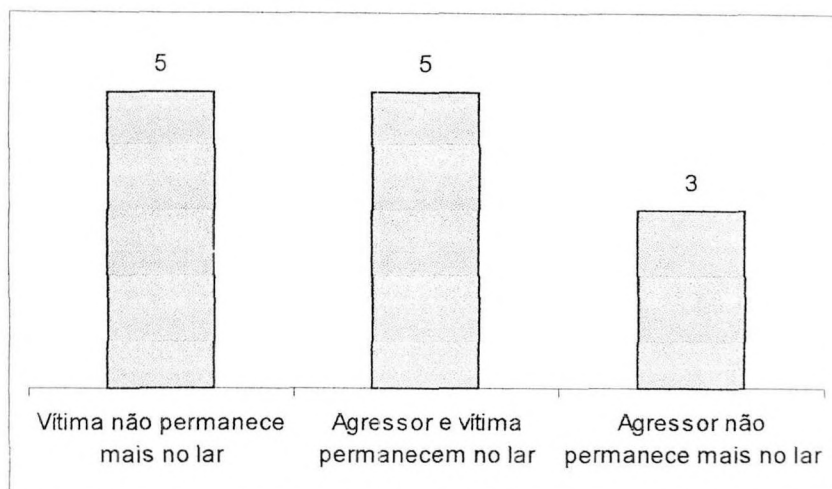


**Figura 9 – Agravantes apresentados pela família**

Fonte: Pesquisa realizada de setembro a dezembro de 2004 nos prontuários dos casos em atendimento e desligados do Projeto Acorde.

Além de submeter à vítima a outras formas de violência, a família também apresentou outros fatores agravantes como: a resistência de adesão aos atendimentos psicossociais oferecidos pelo Programa, o uso abusivo de drogas e álcool por parte dos pais; a reincidência novamente da violência; e a retratação dos fatos ocorridos.

Estes fatores apresentados na figura 9 dificultam muito o trabalho dos profissionais dos serviços de proteção, que muitas vezes se sentem impotentes frente a esta situação.

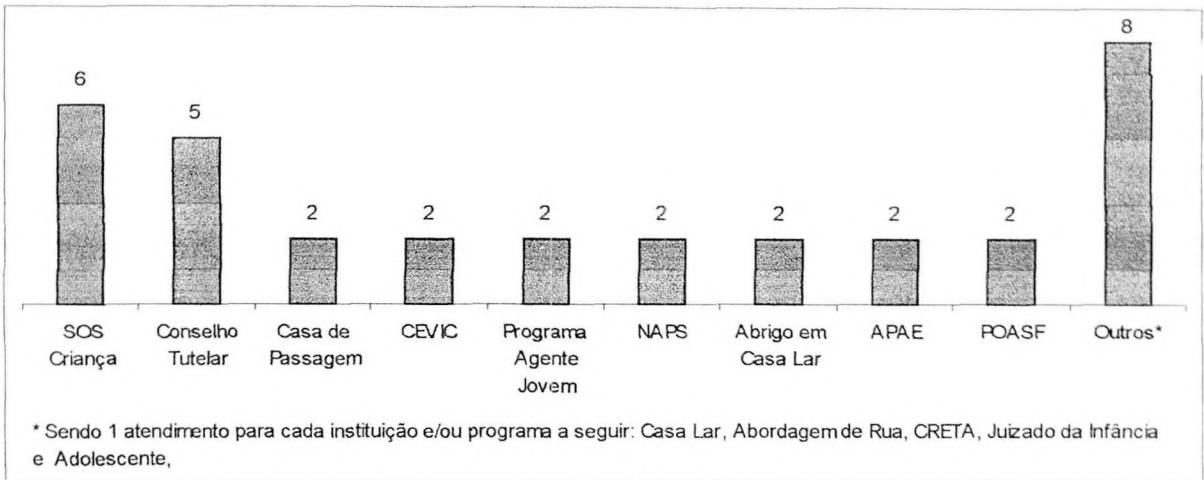


**Figura 10 – A convivência doméstica entre agressor e vítima**

Fonte: Pesquisa realizada de setembro a dezembro de 2004 nos prontuários dos casos em atendimento e desligados do Projeto Acorde.

Outro fator muito relevante nos casos de violência sexual é a convivência do agressor com a vítima após o abuso e também da revelação deste, principalmente nos casos de abuso intrafamiliar em que a traição da confiança é tão marcante na relação vítima e agressor. Nos casos pesquisados, detectamos que após a revelação da violência em 05 casos as vítimas foram afastadas do lar (38,5%), sendo que 4 foram abrigadas em casas-lares e 1 abandonou o lar pois foi desacreditada pelo pai e pela madrasta, em 05 casos, vítima e agressor permanecem convivendo no mesmo lar (38,5%) e em 03 casos os agressores saíram do lar (23,1%). Ver figura 10.

As informações da figura 10 apontam um dado muito preocupante, em que 38,5% das vítimas são retiradas do lar após o abuso sexual ao invés de o agressor se afastar. Mesmo que o afastamento da vítima do lar seja utilizado pelos técnicos dos serviços de proteção como uma medida protetiva, a vítima acaba sendo novamente revitimizada, pois é ela quem sai do âmbito familiar e do seu meio social, enquanto todos os outros ficam, ou seja, ela acaba sendo penalizada pelo abuso sexual.



**Figura 11 – Os Programas e Instituições que a família transitou**

Fonte: Pesquisa realizada de setembro a dezembro de 2004 nos prontuários dos casos em atendimento e desligados do Projeto Acorde.

A figura 11 apresenta o trânsito das famílias na rede de apoio que o município oferece, e onde ela busca ajuda para administrar seus conflitos internos e externos. Os principais programas e/ou instituições solicitados foram: SOS Criança, Conselho Tutelar, Casa de Passagem, Casa-lar, Programa Agente Jovem, NAPS, APAE, POASF, Programa Hora de Comer, Abordagem de Rua, CRETA, Juizado da Infância e Adolescência, São Lucas, Plano Interinstitucional de Atendimento - PLIAT, CEVIC, Florir Floripa, CEC's.

Estes dados revelam também a importância do trabalho em rede, para que ações articuladas contemplem o atendimento integral da família. Assim, a parceria entre os programas e/ou instituições é fundamental para compreender os problemas da família atendida naquele momento. Ou seja, as ações integradas têm um poder maior de amparar a totalidade da família, mesmo que cada programa e/ou instituição tenha um foco específico para uma situação. É através do trabalho em rede, que é possível integrar as ações desenvolvidas e dar suporte ao trabalho realizado por outros setores.

## CONCLUSÃO

Procuramos neste Trabalho de Conclusão de Curso, identificar e problematizar o incesto entre irmãos, a fim de dar visibilidade ao fenômeno.

Segundo a literatura especializada na área (FORWARD; BUCK, 1989, COHEN, 1993, AZEVEDO; GUERRA, 2000), o incesto fraterno pode ser classificado como extraordinário, por apresentar-se pouco difundido. Entretanto, a pesquisa revelou que o incesto fraterno é uma forma comum, considerando o número expressivo de casos identificados. Desta forma, acreditamos que este tipo de incesto é pouco publicizado ou ainda silenciado por diversos motivos. Um deles é a cumplicidade dos envolvidos, mantendo o abuso sexual como um segredo da família. Outro motivo poderia ser explicado pela omissão da denúncia por parte de outros parentes externos ao âmbito familiar ou dos meios sociais em que a família está inserida (comunidade, centro de saúde, escola, entre outras).

No que concerne ao incesto fraterno, entendemos que é um fenômeno muito complexo e difícil de ser enfrentado por todos. É difícil para a criança e/ou adolescente que foi vítima, assim como o é para a família e para os profissionais que lidam com a situação.

Analisando, em particular, as vítimas de incesto fraterno, vimos que este tipo de incesto é devastador, isto porque, retomando a relação fraterna, este, trata-se do vínculo familiar mais longínquo. Além disto, quando o papel dos pais é fragilizado, os filhos desta família se apóiam entre si, e geralmente o irmão mais velho assume o papel dos pais. Por isso alguns irmãos caçulas consideram os irmãos mais velhos como pais. Ou seja, a relação fraterna vincula-se ao companheirismo, a “harmonia” e união entre aqueles que vivem próximos, que seja por laços consanguíneos, ou quer seja por laços afetivos. Desta forma, o

episódio de abuso sexual surge como um evento destrutivo que transforma a relação de confiança em traição.

No que diz respeito à família compreendemos que ela precisa de apoio para denunciar e enfrentar as conseqüências desta denúncia. Isto porque revelar um segredo muito particular como o abuso sexual intrafamiliar pode ser muito doloroso principalmente, porque ela precisa enfrentar as pressões externas que surgem, seja por parte de outros familiares, seja pelos serviços de proteção ou pela sociedade como um todo, que cobra desta família uma atitude imediata. Diante disto, algumas famílias preferem silenciar ou retratar a violência, o que causa frustração e um sentimento de impotência nos profissionais que estão envolvidos com a situação. Outra questão que também dificulta a intervenção profissional dos serviços de proteção é a resistência das famílias aos atendimentos. Muitas vezes, estas famílias não concebem o abuso sexual como violência e a desencadeadora de conseqüências sérias para todos os envolvidos.

Outra reflexão propicia em relação à família é a posição dos pais frente ao abuso sexual que ocorreu ou ocorre entre os filhos. Nesta situação os pais são atores importantes que podem evitar e conter a violência sexual no âmbito familiar. O diálogo pode ser um forte instrumento preventivo para que os pais ensinem seus filhos a se protegerem, ou seja, permitindo que os filhos (crianças e/ou adolescente), ciente de seus direitos, possam participar do processo decisório referente à sua segurança.

Outro aspecto a ser considerado, é a intervenção dos profissionais nesta questão. Considerando que este tipo de incesto abusivo configura uma situação muito peculiar, os técnicos atuantes na área da violência contra crianças e adolescentes sentem falta de estudos, pesquisas e publicações científicas que dêem subsídios a sua intervenção profissional, uma vez que a abordagem do incesto fraterno implica em diferenças substanciais em relação aos outros tipos de incesto. Diante da complexidade apresentada,

entendemos que o atendimento oferecido pelos serviços de proteção deve ser realizado por uma equipe multidisciplinar, para amparar todas as questões que envolvem a situação, entre elas: as sociais, as psicológicas e as jurídicas. Além disto, o profissional deve estar capacitado através de treinamentos e/ou cursos de especializações para a área, a fim de conduzi-lo a intervenções adequadas e eficazes para cada situação.

Refletindo um pouco sobre o profissional de Serviço Social, este, vem trabalhando com esta questão, a fim de garantir a proteção integral de crianças e adolescentes e do exercício pleno de cidadania dos mesmos. As suas competências estão asseguradas na lei nº 8.662/93 que dispõem sobre a profissão de assistente social, o que assegura ao profissional um campo para sua atuação. O atendimento dos casos de violência doméstica contra crianças e adolescente exige do profissional além do aparato teórico-metodológico, o compromisso ético-político para que sua intervenção sendo direta ou indireta (caso não esteja trabalhando nesta área) seja pautada em instrumentais técnicos-operativos inerentes à profissão, garantido a qualidade nos atendimentos, e permitindo o acesso ao usuário a garantias de direitos e o exercício de sua cidadania.

Consideramos importante o investimento em políticas públicas que apoiem a proteção e a erradicação da violência contra crianças e adolescentes. É preciso investir em capacitação para os técnicos, infra-estrutura para as instituições e campanhas de prevenção primária, secundária e terciária. Além disto, é necessário também realizar um trabalho em rede, a fim de articular ações que privilegiem um maior amparo à família que vivencia a situação de violência. Entendemos que o incesto fraterno é um assunto que deve ser pensado por todos, ou seja, pelo Estado, pela sociedade civil, pela família que vivencia a violência e pelos profissionais dos serviços de proteção.

Para finalizar, gostaríamos de enfatizar que a realização deste trabalho implicou em alguns desafios, sendo um deles a exposição de uma temática muito difícil de ser



abordada, devido ao escasso referencial teórico, pois existem poucas publicações explorando o tema e as que existem apenas realizam breves comentários sobre o assunto. Consideramos de suma importância a elaboração de novos estudos e pesquisas na área para que o fenômeno se torne mais conhecido e difundido, e conseqüentemente mais denunciado, enfrentado e prevenido.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, P. Pesquisa em ciências sociais. In: HIRANO, S. (Org). **Pesquisa social**. Projeto e planejamento. São Paulo: Editora T. A. Queiroz, 1979. 2 ed.

ABRAPIA – Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência. **Maus-tratos contra crianças e adolescentes: proteção e prevenção: guia de orientação para profissionais de saúde**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Autores & Agentes & Associados, 1997.

AMAZARRAY, M.; KOLLER, S. H. **Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual**. *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. 1998, vol.11, n.3 [citado 08 Maio 2005], p.559-578. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em 27 abr. 2005.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

AZEVEDO, M. A. Conseqüências psicológicas da vitimização de crianças e adolescentes. In: AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.A.(Orgs.) **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu editora, 1998, cap. 4.

AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.A. **Violência doméstica na infância e na adolescência**. Série Encontros com a Psicologia. São Paulo: Robe Editorial, 1995.

\_\_\_\_\_. Políticas sociais e a violência doméstica contra crianças e adolescentes: breves incursões no panorama internacional. In: AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.A. (Org.). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez Editora, 1993, p. 246-275.

\_\_\_\_\_. Políticas sociais e a violência doméstica contra crianças e adolescentes: o panorama nacional. In: AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.A. (Org.). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez Editora, 1993, p. 276-299.

\_\_\_\_\_.(Orgs.) **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu Editora, 1998.

\_\_\_\_\_. **Violência doméstica na infância e na adolescência.** São Paulo: Robe Editorial, 1995 (Série Encontros com a Psicologia).

BRAUN, Suzana. **A violência sexual infantil na família: do silêncio à revelação do segredo.** Porto Alegre: AGE Editora, 2002.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Florianópolis, 2001.

BRASIL. Senado Federal (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, Senado Federal.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil Brasileiro.** Disponível em: <[http://www.mj.gov.br/sal/codigo\\_civil/indice.htm](http://www.mj.gov.br/sal/codigo_civil/indice.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2005.

BRASIL. Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal Brasileiro.** Disponível em: <<http://www.edutec.net/Leis/Gerais/cpb.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2005.

BRASIL. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil.** 2 ed. Brasília: SEDH/DCA, 2001.

CABRAL, M. F. **Manter a qualidade de vida enquanto se luta para ganhar a vida: a vulnerabilidade dos técnicos do Projeto Acorde à síndrome de burnot.** 2004. 98 f. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social (graduação). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

CARVALHO, M.C.B. **A família contemporânea em debate.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Resolução CFESS Nº 273/1993 de 13 de março de 1993. **Código de Ética Profissional do Assistente Social.**

CHAUÍ, M. **Participando do debate sobre a mulher e violência.** Perspectivas antropológicas da mulher. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

COHEN, C. **O incesto um desejo.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1993.

COHEN, C. O incesto. In: AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.A. (Org.). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 3 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000. p. 211-225

COHEN, C.; GOBBETTI, G. J. **O incesto: o abuso sexual intrafamiliar**. Disponível em: <[www.violenciasexual.org.br/textos/pdf/incesto\\_cohen.pdf](http://www.violenciasexual.org.br/textos/pdf/incesto_cohen.pdf)>. Acesso em: 26 set. 2004.

COSTA, A.C.G. da; KAYAYAN, A.; FAUSTO, A. Do avesso ao direito – de menor a cidadão. In: FAUSTO, A.; CERVINI, R. (Org.). **O trabalho e a rua – crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: Cortez, 1991.

DESLANDES, S.F. Prevenir a violência – um desafio para profissionais de saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ENSP/CLAVE, 1994. In: **Guia de Atuação frente as maus-tratos na infância e na adolescência**. Orientação para pediatras e demais profissionais que trabalham com crianças e adolescentes. 2 ed. Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), FIOCRUZ, SEDH. Março de 2001, p. 12-13.

DIAS, S. L. M.; RECH, L.K. **Olhos Verdes**. Focando sinais e disfarces da violência contra crianças. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria Municipal da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social. Divisão de Proteção Especial. Programa Sentinela/Projeto Mel. Florianópolis, 2003.

FALEIROS, E. T. S.; CAMPOS, J. O. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes**. Brasília, fevereiro de 2000.

FARINATTI et al. **Pediatria social: a criança maltratada**. Rio de Janeiro: Médsi. 1993.

FORWARD, S.; BUCK, C. **A traição da inocência: o incesto e sua devastação**. Tradução de Sergio Flaksman. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

FURNISS, T. **Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar**. Tradução Maria Adriana Verissimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GABEL, M. (Org.). **Crianças vítimas de abuso sexual**. Tradução Sonia Goldteder. São Paulo: Summu, 1997.

GIL, A. C. **Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUERRA, V.N. de A. **Violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas**. São Paulo: Cortez, 1984.

IMBER-BLACK, E. **Os segredos na família e na terapia familiar**. Tradução de Dayse Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

**LENDA de Ísis e Osíris**. Disponível em:  
<<http://www.kairell.donagh.nom.br/osirislegend.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2005.

KEMPE, J. **Rivalidade entre irmãos**. Disponível em:  
<<http://www1.uol.com.br/bibliaworld/jovem/colunas/filh039.htm>>. Acesso em:  
20 mar. 2005.

LISBOA, C.S.M.; KOLLER, S.H. Considerações éticas na pesquisa e na intervenção sobre violência doméstica. IN: HUTZ, C.S. (et al.). **Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2000.

MIOTO, R.C.T. Cuidados sociais dirigidos à famílias e segmentos sociais vulneráveis. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 4. O trabalho do Assistente Social e as políticas sociais. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000, p. 217-224.

MINUCHIN, S. **Famílias: funcionamento e tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

PASSOS, L.N. **Violação de direitos: um estudo sobre as crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica que aguardam atendimento no Projeto Acorde**. 2004. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social (graduação). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

PECIS, P. Publicação CEAPI. **Existe alguma maneira de tirar sem doer tanto?**  
Implicações clínicas do abuso sexual na infância. n. 9, set. 1996.

PERRONE, R.; NANNINI, M. **Violencia y abusos sexuales en la familia**. Un abordaje sistémico y comunicacional. Traducción de Héctor Spivak. Argentina: Paidós Terapia Familiar, 1998.

**PROGRAMA de Combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescente**. Diretrizes gerais do Programa Sentinela. Brasília, 2001.

- PUEL, Elisia. **Família e alcoolismo**. Padrões de interação da família alcoólica. Rio de Janeiro: 1991. Mestrado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- ROUYER, M. As crianças vítimas, conseqüências a curto e médio prazo. In: GABEL, M. (Org.). **Crianças vítimas de abuso sexual**. Tradução Sonia Goldteder. São Paulo: Summu, 1997, p. 62-71.
- RUFO, M. **Irmãos**: como entender essa relação. Tradução Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.
- SAFFIOTI, H. I. B. No fio da navalha. In: MADEIRA, F. R. (Org.). **Quem mandou nascer mulher?** Estudo sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Rosas dos Tentos, 1997.
- SILVA, J.A. P. O papel da entrevista na prática do serviço social. **Revista Em Pauta**. Cadernos da Faculdade de Serviço Social da UERJ. n. 6, novembro de 1995, p. 57-58
- SOUZA, M. P. Crianças e adolescentes: absoluta prioridade? **Revista Katalysis**. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio-Econômico. Departamento de Serviço Social. n. 1 (junho 1997). Florianópolis: Editora da UFSC, 1997, p. 41-48
- VAICUNAS, N.; AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.N.A. Incesto Ordinário: a vitimização sexual doméstica da mulher-criança e suas conseqüências psicológicas. In: AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.A. (Org.). **Infância e violência doméstica**: fronteiras do conhecimento. 3 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000, p. 195-209.
- VALIN, L. L. **Violência doméstica**: o abuso intrafamiliar e o afastamento do agressor do lar. 2002. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social (graduação). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.
- VITIELLO, N. Vitimização sexual: conseqüências orgânicas. In: AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.A.(Orgs.) **Crianças vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu editora, 1998, cap. 3.
- XIMENES, S. **Minidicionário da língua portuguesa**. 2 ed. São Paulo: Ediouro, 2000.

## APÊNDICE

### **RESULTADO DO LEVANTAMENTO REALIZADO JUNTO AS ASSISTENTES SOCIAIS DO PROJETO ACORDE**

**Resultado do levantamento realizado junto as 05 Assistentes Sociais do Projeto Acorde nos dias 03 e 08/09/2004.**

- Grau de parentesco do agressor com a vítima nos casos de violência sexual intrafamiliar em atendimento

| Colocação      | Grau de parentesco | Quantidade |
|----------------|--------------------|------------|
| 1º             | Padrasto           | 21         |
| 2º             | Pai                | 17         |
| <b>3º</b>      | <b>Irmão</b>       | <b>07</b>  |
| 4º             | Primo              | 03         |
| 5º             | Avô                | 02         |
| 5º             | Tio                | 02         |
| 6º             | Padrinho           | 01         |
| 6º             | Filho da madrasta  | 01         |
| 6º             | Genro da madrasta  | 01         |
| 6º             | Pai do padrasto    | 01         |
| Total de casos |                    | 55         |



## ANEXO A

### A LENDA DE ÍSIS E OSÍRIS

## A LENDA DE ÍSIS E OSÍRIS

A Lenda de Osíris é um dos mais antigos e importantes mitos no Egito e na religião egípcia. O mito define a posição de Osíris como senhor dos mortos e do Submundo e o direito de Hórus (e de todos os faraós) ao trono. Também exhibe os poderes e deveres de outros deuses e o seu grande adversário, Seth. Com a generosa idade desta lenda e escassez de versões completas, é mostrada aqui uma versão criada por David C. Scott, a partir de passagens de vários documentos e fontes.

Nos tempos distantes, na Era Dourada quando os Deuses andavam sobre a terra com os humanos. Naqueles antigos dias, Osíris, o bisneto de Rá, sentava-se no Trono dos Deuses, reinando sobre o mundo assim como Rá o fez sobre os Deuses. Ele foi o primeiro Faraó, e Ísis, a primeira Rainha. Eles reinaram por muitas eras juntos, pois o mundo ainda era jovem e a Velha Morte não era tão severa quanto é hoje.

Seus métodos eram justos e honestos, e garantiram que Maat permanecesse em equilíbrio, fazendo com que a lei fosse mantida. E assim, Maat sorriu para o mundo. Todas as pessoas louvaram Osíris e Ísis, e a paz reinou sobre todos, pois esta foi a Era Dourada.

Mas, ainda assim, havia um problema. O orgulhoso Seth, nobre Seth, irmão de Osíris. Ele, que defendeu a Carruagem do Sol das garras de Apep, o Destruidor, pôs a desordem em seu coração. Ele cobiçava o Trono de Osíris. Ele cobiçava Ísis. Ele cobiçava o poder sobre o mundo e desejava tirá-lo de seu irmão. Em sua mente sombria, ele formulou um plano para assassinar Osíris e dele tirar tudo. Ele construiu uma caixa e inscreveu em sua superfície um maléfico encanto que iria acorrentar e aprisionar qualquer um que entrasse.

Seth levou a caixa para o grande banquete dos Deuses. Ele esperou até que Osíris ficasse embriagado pela bebida, desafiando-o para um teste de força. Cada um deles iria entrar na caixa e tentar, através da força, sair de dentro. Osíris, confiante em seu poder, porém frágil em sua mente por causa da bebida, entrou na caixa. Seth rapidamente despejou chumbo derretido na caixa. Osíris tentou escapar, mas a magia perversa o segurou indefeso, levando-o à morte. Seth ergueu a caixa e a lançou no Rio Nilo. A caixa desapareceu levada pelas águas.

Seth reivindicou o Trono de Osíris para si próprio e demandou que Ísis se tornasse sua Rainha. Nenhum dos outros deuses se atreveu a impedir Seth, pois ele havia matado Osíris e poderia facilmente fazer o mesmo a eles. O grande Rá deu suas costas e lamentou. Ele não se pôs contra Seth.

Esta foi a Era de Trevas. Seth era tudo que seu irmão não era. Cruel e desamável, não se importando com o equilíbrio de Maat ou com os humanos, filhos dos deuses. A guerra dividiu o Egito, e tudo estava sem lei enquanto Seth governava. Em vão os egípcios choravam para Rá, pois seu coração estava endurecido pela mágoa que não o deixava

escutar os apelos.

Somente Ísis, abençoada Ísis, lembrou-se dos humanos. Somente ela não temia Seth. Ela procurou por todo o Nilo pela caixa contendo seu amado marido. Finalmente ela a achou, presa em um ramo de tamareira que havia se tornado uma grande árvore, pois o poder de Osíris ainda estava ativo, mesmo que ele estivesse morto. Ela abriu a caixa e limpou o corpo sem vida de Osíris. Ela carregou a caixa de volta para o Egito e a colocou na casa dos deuses. Ísis se transformou em um passaro e voou sobre o corpo de Osíris, cantando uma canção de lamento. Ela rezou por ele e lançou um encanto. O espírito de Osíris atendeu suas preces e tomou o corpo de Ísis. Da comunhão espiritual que aconteceu, Ísis concebeu um filho cujo destino seria vingar o seu pai. Ela batizou a criança de Hórus, e a escondeu numa remota ilha, longe dos olhos de seu tio Seth.

Ela, então, foi de encontro a Thoth, sábio Thoth, que conhece todos os segredos e implorou por sua ajuda. Ela pediu por uma magia que pudesse trazer Osíris de volta à vida. Thoth, lorde do conhecimento, procurou através de sua mágica. Ele sabia que o espírito de Osíris havia deixado seu corpo e estava perdido. Para restaurar Osíris, Thoth devia recriá-lo, assim seu espírito iria reconhecer e tomar novamente o seu corpo. Thoth e Ísis juntos criaram o Ritual da Vida, o qual iria permitir que os humanos vivessem para sempre após a morte. Mas antes que Thoth pudesse por em ação sua mágica, o cruel Seth descobriu seus planos. Ele roubou o corpo de Osíris e o esquartejou, espalhando seus pedaços através do Egito. Ele estava certo de que Osíris jamais renasceria.

Ainda assim, Ísis não caiu em desespero. Ela implorou pela ajuda de sua irmã Nephthys, gentil Nephthys, para guiá-la e ajudá-la a encontrar os pedaços de Osíris. Por muito tempo elas procuraram, trazendo cada pedaço para Thoth para que ele pudesse realizar sua mágica. Quando todos os pedaços estavam reunidos, Thoth procurou Anúbis, Senhor dos Mortos. Anúbis costurou os pedaços, lavou as entranhas de Osíris, embalsamou-o em linho e realizou o Ritual da Vida. Quando a boca de Osíris abriu-se, seu espírito entrou em seu corpo e ele ganhou vida novamente.

Mas, nada que foi morto uma vez, nem mesmo um Deus, poderia viver novamente na terra dos vivos. Osíris foi para Duat, o adobe dos mortos. Anúbis cedeu o trono a Osíris e ele se tornou o Senhor dos Mortos. Ali, ele aplicava o julgamento das almas dos mortos. Condenava os justos à Terra Abençoada do além-vida, mas os pecaminosos eram condenados a serem devorados pelo demônio Ammut.

Quando Seth descobriu que Osíris estava vivo novamente, ficou enfurecido. Mas sua ira definhou, pois sabia que Osíris não poderia jamais retornar à terra dos vivos. Sem Osíris, Seth acreditava que iria sentar no Trono dos Deuses por toda a eternidade. Mas em sua ilha, Hórus atingiu a força da maturidade. Seth enviou muitas serpentes e demônios para matar Hórus, mas este derrotou a todos. Quando estava pronto, sua mãe Ísis deu a ele grande mágica para usar contra Seth, e Thoth deu a ele uma faca mágica.

Hórus procurou Seth e o desafiou pelo trono. Seth e Hórus lutaram por muitos dias, mas no final, Hórus derrotou Seth e o castrou. Mas Hórus, piedoso Hórus, não tirou a vida de Seth, pois se derramasse o sangue de seu tio não o faria melhor do que ele. Seth manteve seu título no trono, e Hórus pronunciou-se como filho de Osíris. Os deuses iniciaram uma luta entre eles, os que apoiavam Hórus e aqueles que apoiavam Seth. Banebdjetet saltou

no meio do conflito e demandou que os Deuses terminassem com a luta pacificamente ou então Maat entraria em desequilíbrio. Ele ordenou que os Deuses buscassem o conselho de Neith. Neith, íntima da guerra mas sábia em conselho, pronunciou que Hórus era o herdeiro por direito do Trono dos Deuses. Hórus lançou Seth para as Trevas, onde ele vive até hoje.

E assim Hórus cuida dos humanos enquanto vive, guia os passos do Faraó enquanto vive, e seu pai Osíris cuida dos humanos no além-vida. E assim, os Deuses estão em paz. E assim Seth, perverso Seth, eternamente tenta sua vingança, lutando com Hórus conseqüentemente. Quando Hórus vence, Maat está segura e o mundo permanece em paz. Quando Seth vence, o mundo entra em redemoinho. Mas os humanos sabem que tempos obscuros não duram para sempre, e que os raios brilhosos de Hórus irão novamente resplandecer sobre eles. Nos últimos dias, Hórus e Seth irão lutar uma última vez pelo mundo. Hórus irá derrotar Seth para sempre, e Osíris poderá retornar a este mundo. Neste dia, o Dia do Despertar, todas as tumbas serão abertas e os justos que morreram ganharão vida novamente, e toda tristeza e sofrimento irão terminar para todo o sempre.

Disponível em: <<http://www.kairell.donagh.nom.br/osirislegend.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2005.